



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 12/SES/GAB-JRECURSOS/2024

PROCESSO Nº 1320.01.0027605/2022-08

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

MUNICÍPIO: Alfenas

SEI: 1320.01.0027605/2022-08

ATIVIDADE SISAUD: 699

RECORRENTES:

- Secretaria Municipal de Saúde (representada pelo gestor, **Sr. T.L.S.** (Pessoa jurídica).
- **Sra. D.C.A.** (Pessoa física).

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria especial realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial - ARAS / SRS Divinópolis e ARAS / SRS Uberlândia, no Sistema Municipal de Saúde de Alfenas, no período compreendido entre 23 e 25/08/2022.

Referida auditoria ocorreu em atendimento à demanda da Superintendente Regional de Saúde de Alfenas, por meio do Memorando SES/URS ALF nº 35/2021, que encaminhou para conhecimento e análise, ofício nº 104/2021 do Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), relatando pendências nos repasses de pagamentos, pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Alfenas, à instituição.

Nesse sentido, o foco foi:

- Apurar e avaliar a ocorrência de retenções e/ou atrasos, pela SMS de Alfenas, nos repasses dos recursos federais, estaduais e próprios, destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.
- Apurar a situação atual em relação às pendências financeiras da SMS de Alfenas junto ao Hospital Alzira Velano, bem como o montante dos recursos devidos (retidos) de origem federal, estadual e próprio, caso houvesse.
- Verificar o cumprimento das cláusulas e condições dos Termos de Convênios nº 001/2013, vigentes entre 2019 e 2020 conforme quarto e quinto aditivos, de 25/06/2018 e 10/04/2019 respectivamente, e o 001/2020, firmados entre o SMS e o HUAV, relacionadas ao cumprimento de metas, acompanhamento, avaliação e pagamento.

A demanda em questão abrangeu o período de janeiro de 2019 a junho de 2022, para os recursos de origem federal, estadual e próprios. Para as Resoluções SES/MG nº 4830/2015, 5571/2016 e 6044/2017, a abrangência foi desde o recebimento do recurso até o repasse pelo FMS de Alfenas, ao prestador.

Após emissão do Relatório Final de Auditoria foram originados os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nº 528/2023 e 529/2023, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades e medidas corretivas, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

• Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:

1 - **Constatação nº 653505** – Os Convênios nº 001/2013, 001/2020 e respectivos aditivos firmados entre a SMS de Alfenas e o Hospital Universitário Alzira Velano, não atendem o previsto na legislação vigente.

2 - **Constatação nº 653511** – A SMS de Alfenas atrasou os repasses dos recursos do componente pré-fixado (incentivos) de origem do FNS previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

3 - **Constatação nº 653512** – A SMS de Alfenas atrasou os repasses de valores do componente pós-fixado de origem do FNS previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

4 - **Constatação nº 653519** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas atrasou o repasse de valores dos recursos de origem Estadual, relativo à Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas e destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

5 - **Constatação nº 653520** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas atrasou o repasse de valores dos recursos de origem Estadual, relativos à rede cegonha, entre os anos de 2019 a outubro de 2021 destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

6 - **Constatação nº 653521** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas atrasou o repasse de valores dos recursos de origem Estadual, relativos à OPME de Alta Complexidade Cardiovascular, no ano de 2021, destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

7 - **Constatação nº 653522** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas atrasou o repasse de valores dos recursos de origem Estadual, relativos à assistência odontológica em ambiente hospitalar, entre os anos de 2019 a outubro de 2021 destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

8 - **Constatação nº 653523** – A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas atrasou o repasse de valores dos recursos de origem Estadual, relativos ao Pro-hosp, entre os anos de 2019 a outubro de 2021 destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

9 - **Constatação nº 653529** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos próprios, previstos no Convênio nº 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

10 - **Constatação nº 653531** – A Composição da Comissão de Acompanhamento do Convênio nº 001/2020 não foi objeto de publicação no Diário Oficial do Município ou publicações equivalentes.

11 - **Constatação nº 653532** – A Comissão de Acompanhamento da contratualização não monitora de forma regular a execução das ações e serviços de saúde pactuados.

• Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos em consequência das constatações não conformes:

12 - **Constatação nº 653527** – A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES – Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas e destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

13 - **Constatação nº 653528** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES – Programa Deformidade Craniofacial e destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

14 - **Constatação nº 653506** – A SMS de Alfenas retém valores do componente pré-fixado (incentivos) de origem do Fundo Nacional de Saúde (FNS) previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

15 - **Constatação nº 653507** – SMS de Alfenas retém valores de incentivos de origem do FNS previstos nos Convênios 01/2013, 001/2020 e Termos Aditivos como componente pós fixados devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

16 - **Constatação nº 653508** – A SMS de Alfenas retém valores do componente pós-fixado de origem do FNS, relativos à produção SIAH/SUS de Alta Complexidade (AC) previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

17 - **Constatação nº 653509** – A SMS de Alfenas retém valores do componente pós-fixado de origem do FNS, relativos à produção SIAH/SUS de Média Complexidade (MC) previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

18 - **Constatação nº 653510** – A SMS de Alfenas retém valores do componente pós-fixado de origem do FNS, financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

19 - **Constatação nº 653513** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos de origem Estadual, relativo à Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas e destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

20 - **Constatação nº 653514** – A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas retém valores dos recursos de origem Estadual, relativos à Rede da Pessoa Com Deficiência, entre os anos de 2019 a outubro de 2021 destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

21 - **Constatação nº 653515** – A Secretaria Municipal de (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos de origem Estadual, relativos à OPME de Alta Complexidade em Cardiologia, no ano de 2022, destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

22 - **Constatação nº 653516** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos de origem Estadual, relativos à assistência odontológica em ambiente hospitalar, entre os anos de 2019 a outubro de 2021 destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

23 - **Constatação nº 653517** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos de origem federal, relativo ao extrapolamento da produção hospitalar apurados no encontro de contas da média complexidade hospitalar da produção, devidos ao HUAV dos anos de 2019 e 2020.

24 - **Constatação nº 653518** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos de origem federal, relativo ao extrapolamento da produção hospitalar do SIA de média e alta complexidade e do SIH de alta complexidade, devidos ao HUAV dos anos de 2019 e 2020.

PARECER

O Auditado, Sistema Municipal de Saúde de Alfenas, representado pelo gestor, **Sr. T.L.S. (Pessoa Jurídica)**, em conjunto com a **Sra. D.C.A. (Pessoa Física)**, enviaram interposição de recurso ao **Relatório Final de Auditoria**, por meio do **Ofício nº 345/2023/SMS**.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade dos Recorrentes:

Manifestação do Auditado:

1 - **Constatação nº 653505** – Os Convênios nº 001/2013, 001/2020 e respectivos aditivos firmados entre a SMS de Alfenas e o Hospital Universitário Alzira Velano, não atendem o previsto na legislação vigente.

A equipe de auditoria listou irregularidades encontradas nos Termos de Convênios em questão dentre as quais destacamos:

- identificados termos de compromisso firmados entre SMS e FES com cláusulas específicas determinando que fossem formalizados e publicados instrumentos jurídicos para repasse destes recursos; os referidos recursos de origem estadual recebidos pelo FMS e repasses ao HUAV, entre 2019 a 25/11/2020, não foram contemplados nos termos de convênio;
- não contemplam as responsabilidades do hospital quanto aos eixos de assistência, gestão, avaliação e de ensino;
- não especificam a data ou prazo para realização do repasse referente aos valores pós-fixados;
- não abordam como seria apurado o extrapolamento do teto da produção para SIAH/SUS de Alta e Média complexidade, nem para FAEC em Nefrologia, tampouco as fontes orçamentárias a serem utilizadas para esses pagamentos.

Manifestação do auditado:

“A Secretaria Municipal de Saúde, conforme atas em anexo, vem implementando a regularização dos contratos tendo inclusive reativado a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Contratos para o fim de revisar os instrumentos contratuais vigentes (anexo 1).

Há que se ressaltar que a entidade em questão perdeu o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) e não comunicou formalmente nem informalmente a SMS - Secretaria Municipal de Saúde, ou a Comissão de Monitoramento e Avaliação de Contratos, conforme pode-se observar no processo administrativo em anexo (anexo 2), o que implicou em recomendações jurídicas relevantes a serem observadas no que tange ao repasse dos recursos públicos. Tais recomendações constam ao final do anexo 2. Contudo, a SMS está tomando as providências administrativas e judiciais cabíveis no sentido de regularização contratual nos termos legais vigentes.”

Da normativa específica:

- Portaria de consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017, que contém as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

Art. 14. Todos os recursos públicos de custeio e investimento que compõem o orçamento do hospital serão informados no instrumento formal de contratualização, com identificação das respectivas fontes, quais sejam, federal, estadual, distrital ou municipal. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 14)

Parágrafo Único. No instrumento formal de contratualização será informado, ainda, o valor estimado relativo às renúncias e isenções fiscais e subvenções de qualquer natureza na hipótese de contratualização com hospitais privados sem fins lucrativos. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 14, Parágrafo Único)

(...)

Art. 17. O valor pré-fixado será composto: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17)

I - pela série histórica de produção aprovada da média mensal dos 12 (doze) meses anteriores à celebração do contrato da média complexidade; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, I)

II - por todos os incentivos de fonte federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, com detalhamento de tipo e valor, vinculados ao alcance das metas quantitativas. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, II)

§ 1º Integram o componente pré-fixado dos instrumentos formais de contratualização os seguintes incentivos financeiros: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º)

I - Incentivo à Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH) Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC) (Redação dada pela PRT GM/MS nº 2.925 de 01.11.2017); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, I)

II - Incentivo de custeio das Redes Temáticas de Atenção à Saúde; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, II)

III - Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, III)

IV - recursos do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, IV)

V - valores referentes ao Fator de Incentivo ao Ensino e Pesquisa (FIDEPS), extinto pela Portaria nº 1.082/GM/MS, de 2005; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, V)

VI - Incentivo de Integração ao SUS (Integrasus); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, VI)

VII - outros recursos pré-fixados de fonte estadual ou municipal; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, VII)

VIII - outros recursos financeiros pré-fixados que venham a ser instituídos. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, VIII)

§ 2º O IGH está regulamentado no Anexo 2-B; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 2º)

Art. 18. A parte pós-fixada será composta pelo valor de remuneração dos serviços de Alta Complexidade e do FAEC, calculados a partir de uma estimativa das metas físicas, remunerados de acordo com a produção autorizada pelo gestor contratante. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 18)

(...)

Art. 21. A contratualização será formalizada por meio de instrumento celebrado entre o gestor do SUS contratante e o prestador hospitalar sob sua gestão, com a definição das regras contratuais, do estabelecimento de metas, indicadores de acompanhamento e dos recursos financeiros da atenção hospitalar. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 21)

Parágrafo Único. Para fins da contratualização hospitalar, recomenda-se que todos os instrumentos formais de contratualização que envolvam a prestação de ações e serviços de saúde em um mesmo estabelecimento sejam celebrados pelo gestor público de saúde do respectivo ente federado contratante, mesmo havendo a oferta e cofinanciamento de ações e serviços por outro ente federado. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 21, Parágrafo Único)

Art. 22. O instrumento formal de contratualização será composto por duas partes indissociáveis: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 22)

I - o termo do instrumento formal de contratualização propriamente dito, respeitadas as legislações pertinentes, especialmente quanto aos prazos de vigência; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 22, I)

II - o Documento Descritivo de que trata a Seção II do Capítulo V. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 22, II)

Art. 23. O instrumento formal de contratualização conterá, no mínimo: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 23)

I - as responsabilidades do hospital quanto aos eixos de assistência, gestão, avaliação e, quando couber, de ensino e pesquisa; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 23, I)

II - as responsabilidades da União, Estado, Distrito Federal e Municípios; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 23, II)

III - os recursos financeiros, suas fontes e a forma de repasse, condicionados ao cumprimento de metas e à qualidade na assistência prestada; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 23, III)

IV - as sanções e penalidades conforme legislação específica; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 23, IV)

V - a constituição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Contratualização de que trata o art. 32; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 23, V)

VI - o Documento Descritivo, contendo as metas quali quantitativas e indicadores de monitoramento. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 23, VI)

(...)

Art. 25. O Documento Descritivo é o instrumento de operacionalização das ações e serviços planejados de gestão, assistência, avaliação, ensino e pesquisa de acordo com o estabelecido neste Anexo, acrescido das especificidades locais e anexo ao termo do instrumento formal de contratualização. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 25)

Art. 26. O Documento Descritivo conterá, no mínimo: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 26)

I - a definição de todas as ações e serviços de saúde, nas áreas de assistência, gestão, ensino e pesquisa, que serão prestados pelo hospital; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 26, I)

II - a definição de metas físicas com os seus quantitativos na prestação dos serviços e ações contratualizadas; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 26, II)

III - a definição de metas qualitativas na prestação das ações e serviços contratualizados; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 26, III)

IV - a descrição da estrutura física, tecnológica e recursos humanos necessários ao cumprimento do estabelecido no instrumento formal de contratualização; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 26, IV)

V - a definição de indicadores para avaliação das metas e desempenho; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 26, V)

VI - a definição dos recursos financeiros e respectivas fontes envolvidas na contratualização, conforme modelo Anexo A do Anexo 2 do Anexo XXIV. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 26, VI)

Art. 27. O Documento Descritivo terá validade máxima de 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser renovado após o período de validade, podendo ser alterado a qualquer tempo quando acordado entre as partes. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 27)

Parágrafo Único. As alterações do Documento Descritivo serão objeto de publicação oficial. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 27, Parágrafo Único)

Art. 28. O repasse dos recursos financeiros pelos entes federativos aos hospitais contratualizados será realizado de maneira regular, conforme estabelecido nos atos normativos específicos e no instrumento de contratualização, e condicionado ao cumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas no Documento Descritivo. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28)

§ 1º O valor pré-fixado dos recursos de que trata o "caput" serão repassados mensalmente, distribuídos da seguinte forma: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 1º)

I - 40% (quarenta por cento) condicionados ao cumprimento das metas qualitativas; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 1º, I)

II - 60% (sessenta por cento) condicionados ao cumprimento das metas quantitativas. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 1º, II)

§ 2º Os percentuais de que tratam os incisos I e II poderão ser alterados, desde que pactuados entre o ente federativo contratante e o hospital e respeitado o limite mínimo de 40% (quarenta por cento) para uma das metas. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 2º)

§ 3º O não cumprimento pelo hospital das metas quantitativas e qualitativas pactuadas e discriminadas no Documento Descritivo implicará na suspensão parcial ou redução do repasse dos recursos financeiros pelo gestor local. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 3º)

Art. 29. O hospital que não atingir pelo menos 50% (cinquenta por cento) das metas qualitativas ou quantitativas pactuadas por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados terá o instrumento de contratualização e Documento Descritivo revisados, ajustando para baixo as metas e o valor dos recursos a serem repassados, de acordo com a produção do hospital, mediante aprovação do gestor local. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 29)

Art. 30. O hospital que apresentar percentual acumulado de cumprimento de metas superior a 100% (cem por cento) por 12 (doze) meses consecutivos terá as metas do Documento Descritivo e os valores contratuais reavaliados, com vistas ao reajuste, mediante aprovação do gestor local e disponibilidade orçamentária. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 30)

Art. 31. Os incentivos de fonte federal serão repassados de forma regular aos hospitais, de acordo com normas específicas de cada incentivo, previstas no instrumento formal de contratualização. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 31)

§ 1º A variação ou suspensão dos valores dos repasses dos incentivos federais deverão constar em cláusula contratual de acordo com percentuais estabelecidos no art. 28, § 1º. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 31, § 1º)

§ 2º Salvo em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, o não repasse dos valores dos incentivos federais ao prestador incorrerá na suspensão prevista no art. 1152, II da Portaria de Consolidação nº 6, ou no art. 304 da Portaria de Consolidação nº 6, conforme o caso. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 31, § 2º)

- Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamentava o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, instituí normas para licitações e contratos da Administração Pública:
(...)

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

- Termo de Compromisso nº 16/6838, que entre si celebraram o Estado De Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e o Município de Alfenas, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde:
(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

(...)

ii) formalizar e publicar instrumento contratual com a ENTIDADE BENEFICIADA, conforme legislação vigente, para a efetivação dos repasses dos recursos financeiros previstos neste TERMO, replicando indicadores, metas e as cláusulas neste previstas aplicáveis à ENTIDADE BENEFICIADA.

- Termo de Compromisso nº 16/7224, que entre si celebraram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e o município de Alfenas, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:
(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I – AO MUNICÍPIO/SMS:

a - formalizar e publicar instrumento jurídico com a ENTIDADE BENEFICIADA, conforme legislação vigente, replicando as disposições pertinentes previstas neste TERMO, para a efetivação do repasse dos recursos estaduais; (...)

O Auditado encaminhou cópias das Portarias Municipais: nº 641/2023, que nomeou os membros para a comissão de acompanhamento da contratualização dos hospitais no município; nº 648/2017, que nomeou os membros da comissão de acompanhamento dos convênios do município; nº 013/2023, que constituiu a comissão permanente de monitoramento e avaliação dos contratos da SMS; com as respectivas atas de reunião do CMS.

Encaminhou também: cópia da Portaria nº 026/2023, que determinou a instauração de processo administrativo para apuração de regularidade de entidade beneficente; cópia do termo de convênio nº 001/2020 celebrado entre a SMS e o Hospital Alzira Velano.

A despeito das medidas adotadas, entendemos que não são suficientemente válidas a demonstrar que as irregularidades foram corrigidas, não foram apresentadas minutas de instrumentos que apontem alterações dos termos de convênio, ou adoção de outras medidas válidas, ao nosso entender, tendentes a corrigir as irregularidades identificadas, situação em que a penalidade deverá ser mantida.

2 - **Constatação nº 653511** – A SMS de Alfenas atrasou os repasses dos recursos do componente pré-fixado (incentivos) de origem do FNS previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

A equipe de auditoria evidenciou:

“No período de janeiro de 2019 a junho de 2022, a SMS de Alfenas recebeu recursos que compõem o Teto MAC municipal incluindo os incentivos destinados ao HUAV. Estes recursos estão especificados no Quadro 1 da Cláusula Sexta dos Convênios nº 001/2013, nº 001/2020 e Termos Aditivos firmados entre a SMS de Alfenas e o HUAV. O histórico de recebimento do recurso pela SMS de Alfenas e de pagamentos ao HUAV referentes aos incentivos pré-fixados foi exposto nas tabelas, anexas a este relatório de auditoria, sendo Tabela 01 - INCENTIVO IAC, Tabela 02 - INCENTIVO INTEGRASUS, Tabela 03 - INCENTIVO REDE CEGONHA, Tabela 04 - INCENTIVO REDE DE ATENÇÃO às URGÊNCIAS, Tabela 06 - INCENTIVO LEITOS CLÍNICOS DE RETAGUARDA - RAU e Tabela 06 - INCENTIVO CER III. Nas colunas 3 e 7 de cada tabela, está descrito respectivamente, a data de transferência do Teto MAC pelo FNS para o FMS de Alfenas e a data da transferência do valor do incentivo pelo FMS de Alfenas para o HUAV. A análise destas datas demonstra que a SMS de Alfenas atrasou os repasses dos recursos do componente pré-fixado de origem do FNS em todas as competências repassadas relativas a todos incentivos. Os repasses realizados no período de janeiro de 2019 a junho de 2022 não respeitaram o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do FMS, para pagamento dos incentivos financeiros ao estabelecimento de saúde que presta assistência complementar ao SUS.”

Manifestação do auditado:

“Conforme os Anexos 3 e 4, embora o apontamento de atraso nos repasses, restam comprovados os pagamentos efetivamente realizados.”

3 - Constatação nº 653512 – A SMS de Alfenas atrasou os repasses de valores do componente pós-fixado de origem do FNS previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Os Convênios nº 001/2013, nº 001/2020 e respectivos Termos Aditivos preveem que o valor do componente pós fixado financiados pelo FAEC “será repassado mensalmente do Fundo Municipal de saúde ao HOSPITAL, posteriormente, após produção, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira, de acordo com a produção mensal aprovada pela SMS, até o limite de transferência do FNS, respeitando, similarmente, o teto limite programado no Plano Operativo integrante”. Também preveem que o hospital encaminhe à SMS, o arquivo constando produção hospitalar e ambulatorial, de MAC e que SMS processe a produção de todos os serviços sob gestão municipal, ambos mensalmente respeitando cronograma estabelecido. Por fim a SMS, Divisão de Regulação, Setor de Faturamento encaminhará memorando à Contabilidade, solicitando previsão orçamentária, de acordo com o valor encaminhado para gerar o pagamento ao Hospital. Dessa forma o fluxo estabelecido em cláusula, não cita data ou prazo para o repasse após produção, apenas que será mensalmente. As Tabelas 07 a 14, deste relatório detalham as datas e valores de transferência do FNS para o FMS de Alfenas; as datas e valores da produção aprovada pela SMS de Alfenas e as datas e valores das transferências do FMS de Alfenas ao HUAV. Analisando estas informações, foi constatado que a SMS atrasou os repasses de valores do componente pós-fixado de origem FNS previstos em Convênio. Os dados registrados nas Tabelas 07 a 14 revelam que, no período de janeiro de 2019 a junho de 2022, a SMS de Alfenas recebeu regularmente os valores financeiros do FNS, referentes ao teto MAC e à produção SIAH/SUS FAEC, mas não realizou o repasse ao HUAV mensalmente e posteriormente a produção processada e aprovada em nenhuma competência dos recursos pós fixados.”

Manifestação do auditado:

“Conforme os Anexos 5, 6 e 7, embora o apontamento de atraso nos repasses, restam comprovados os pagamentos efetivamente realizados. Conforme constatação da auditoria foram apontados o importe de R\$ 23.838.220,25 (vinte e três milhões oitocentos e trinta e oito, duzentos e vinte reais e vinte e cinco centavos), desta forma viemos apresentar que foram repassados ao prestador os valores que perfazem o montante de R\$ 3.193.925,72 (três milhões cento e noventa e três mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos).”

4 - Constatação nº 653519 – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas atrasou o repasse de valores dos recursos de origem Estadual, relativo à Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas e destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Alfenas recebeu, por intermédio de Termos de Compromissos firmados com a SES/MG, recursos para custeio das ações e serviços dentro da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas, elencados no anexo deste relatório, na tabela 15, os quais destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano. Por meio da análise da relação de pagamentos efetuados pelo FES/MG ao FMS/Alfenas (BO), foram identificados os repasses dos recursos realizados entre os anos de 2021 e 2022 e destinados ao referido prestador. Analisando os processos de pagamentos do FMS em favor do HUAV, relatórios extrato do credor - Fundação de Ensino e Tecnologias de Alfenas - FETA (Hospital Universitário Alzira Velano), os empenhos emitidos, liquidados, pagos e não pagos, os extratos das contas correntes, aplicações e o razões, dos anos de 2021 a junho a 2022, foram identificados recursos repassados em atraso, pelo FMS/Alfenas ao HUAV, relativos às Resoluções SES/MG nºs 7587/2021 (R\$ 150.000,00), 7764/2021 (R\$ 100.000,00), 7826/2021 (R\$ 772.353,05), 7925/2021 (R\$ 544.884,77) e 8007/2022 (R\$ 1.544.706,12 - 1º quadrimestre/2022), no valor total de R\$ 3.111.943,94 (três milhões, cento e onze mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e quatro centavos), conforme detalhado no anexo deste relatório, na tabela 15, referente ao 2º quadrimestre de 2022. Conforme informações contidas no sistema SIGRES, extraídas em 28/03/2023, os status dos Termos de Compromissos nºs 16/7587, 16/7764 e 16/7224 constavam como “termo vigente”. Sendo assim: O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas em 20/09/2021, ao HUAV, até 60 dias após o recebimento do FES, relativo à Resolução SES/MG nº 7587/2021, está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 16/7587, cláusula terceira - do orçamento e dos recursos financeiros, item I, § 4º. O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas em 25/11/2021, ao HUAV, relativo à Resolução SES/MG nº 7764/2021, até 60 dias após o recebimento do FES, está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 16/7764, cláusula terceira - do orçamento e dos recursos financeiros, item I, § 4º. O não repasse dos recursos recebidos pelo

FMS/Alfenas em 07/12/2021 e 24/02/2022, ao HUAV, até o 5º dia útil após o recebimento, relativo respectivamente às Resoluções SES/MG nºs 7826/2021 (parcela de 2021) e 8007/2022 (1º quadrimestre/2022), está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 16/7224, cláusula segunda - das obrigações, item I, letra "c". O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas em 31/12/2021, ao HUAV, até o 5º dia útil após o recebimento, relativo às Resoluções SES/MG nºs 7925/2021, referente ao OtimizaSUS."

Manifestação do auditado:

"Conforme o Anexo 8, embora o apontamento de atraso nos repasses, restam comprovados os pagamentos efetivamente realizados."

5 - Constatação nº 653520 – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas atrasou o repasse de valores dos recursos de origem Estadual, relativos à rede cegonha, entre os anos de 2019 a outubro de 2021 destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

A equipe de auditoria evidenciou:

"A SMS de Alfenas recebeu, por intermédio dos Termos de Compromissos nº 16/5502 e 16/7725, firmados com a SES/MG, recursos para custeio da assistência ao parto e nascimento, dentro das diretrizes do Programa Rede Cegonha, elencados no anexo deste relatório, na tabela 21, os quais destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano. Por meio da análise da relação de pagamentos efetuados pelo FES/MG ao FMS/Alfenas (BO), foram identificados os repasses dos recursos realizados entre os anos de 2019 a 2021 e destinados ao referido prestador. Analisando os processos de pagamentos do FMS em favor do HUAV, relatórios extrato do credor - Fundação de Ensino e Tecnologias de Alfenas - FETA (Hospital Universitário Alzira Velano), os empenhos emitidos liquidados, pagos e não pagos, os extratos das contas correntes e aplicações nº 1001598, agência 0095, da CEF, e nº 66645-9, agência 168-6, do Banco do Brasil, e o razões, dos anos de 2019 à junho a 2022, foram identificados recursos repassados em atraso, pelo FMS/Alfenas ao HUAV, relativos às Resoluções SES/MG nºs 5632/2017 (R\$ 274.023,75), 6637/2019 (R\$ 440.545,89), 7010/2021 (R\$ 505.890,00), 7401/2021 (R\$ 421.875,00) e 7725/2021 (R\$ 49.433,34) no valor total de R\$ 1.691.767,98, conforme detalhado no anexo deste relatório, na tabela 21. Conforme informações contidas no sistema SIGRES, extraídas em 28/03/2023, os status dos Termos de Compromissos nºs 16/5502 e 7725/2021 constavam como "termo vigente". O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas ao HUAV, até o 5º dia útil após o recebimento, relativo às Resoluções SES/MG nºs 5632/2017 (competências junho a dezembro 2017), 6637/2019 (competências janeiro, fevereiro e de abril a dezembro), 7010/2020 (competências janeiro a dezembro) e 7401/2021 (competências janeiro a outubro) até o 5º dia útil após o recebimento, está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 16/5502, cláusula segunda - das obrigações, item I, letra "a". O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas ao HUAV, até o 5º dia útil após o recebimento, relativo à Resolução SES/MG nº 7725/2021 (parcela excepcional), até o 5º dia útil após o recebimento."

Manifestação do auditado:

"Conforme consta no Anexo 3, embora o apontamento de atraso nos repasses, restam comprovados os pagamentos efetivamente realizados."

6 - Constatação nº 653521 – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas atrasou o repasse de valores dos recursos de origem Estadual, relativos à OPME de Alta Complexidade Cardiovascular, no ano de 2021, destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

A equipe de auditoria evidenciou:

"A SMS de Alfenas recebeu, por intermédio do Termo de Compromisso nº 16/7775, firmados com a SES/MG, recursos execução dos procedimentos cirúrgicos com utilização de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) de Alta Complexidade Cardiovascular, elencados no anexo deste relatório, na tabela 17, os quais destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano. Por meio da análise da relação de pagamentos efetuados pelo FES/MG ao FMS/Alfenas (BO), foram identificados os repasses dos recursos realizados entre os anos de 2021 e 2022 e destinados ao referido prestador. Analisando os processos de pagamentos do FMS em favor do HUAV, relatórios extrato do credor - Fundação de Ensino e Tecnologias de Alfenas - FETA (Hospital Universitário Alzira Velano), os empenhos emitidos liquidados, pagos e não pagos, os extratos da conta corrente e aplicação nº 66607-6, agência 168-6, do Banco do Brasil, e o razões, dos anos de 2021 a junho a 2022, foram identificados recursos repassados em atraso, pelo FMS/Alfenas ao HUAV, relativos à Resolução SES/MG nº 7775/2021, no valor original total de R\$ 479,88, conforme detalhado no anexo deste relatório, na tabela 17. Conforme informações contidas no sistema SIGRES, extraídas em 28/03/2023, o status do Termo de Compromisso nº 7775/2021 constava como "termo vigente. Sendo assim, o não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas e destinados ao HUAV, relativo à Resoluções SES/MG nº 7775/2021 (1º quadrimestre 2022), até o 5º dia útil após o recebimento."

Manifestação do auditado:

"Conforme consta no Anexo 9, embora o apontamento de atraso nos repasses, restam comprovados os pagamentos efetivamente realizados."

7 - Constatação nº 653522 – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas atrasou o repasse de valores dos recursos de origem Estadual, relativos à assistência odontológica em ambiente hospitalar, entre os anos de 2019 a outubro de 2021 destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

A equipe de auditoria evidenciou:

"A SMS de Alfenas recebeu, por intermédio dos Termos de Compromissos nºs 16/5180, 16/5181, 16/6838, 16/6902 e 16/7723-7788/2021, firmados com a SES/MG, recursos para custeio da assistência odontológica em ambiente hospitalar, abrangendo o Programa Pró-sorriso, a assistência odontológica com uso de anestesia geral ou sedação em ambiente hospitalar, a assistência odontológica de média e alta complexidade, serviços de assistência à deformidade crânio facial e o apoio e fortalecimento da atenção especializada elencados no anexo deste relatório, na tabela 18, os quais destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano."

Analisando os processos de pagamentos do FMS em favor do HUAV, relatórios extrato do credor - Fundação de Ensino e Tecnologias de Alfenas - FETA (Hospital Universitário Alzira Velano), os empenhos emitidos liquidados, pagos e não pagos, os extratos das contas correntes e aplicações nº 49394-5, 45319-6 e 67589-X, agência 168-6, do Banco do Brasil, e o razões, dos anos de 2019 à junho a 2022, foram identificados recursos repassados em atraso, pelo FMS/Alfenas ao HUAV, relativos às Resoluções SES/MG nºs 6011/2017 (R\$ 382.500,00), 5181/2016 (R\$ 33.600,00), 5907/2017 (R\$ 129.600,00), 6838/2019 (R\$ 178.496,80), 6210/2018 (R\$ 450.000,00), 6902/2019 (R\$ 848.563,35) e 8075/2022 (R\$ 54.285,7), no valor total de R\$ 2.077.045,85, conforme detalhado no anexo deste relatório, na tabela 18. Conforme informações contidas no sistema SIGRES, extraídas em 28/03/2023, os status dos Termos de Compromissos nºs 16/5180, 16/5181, 16/6838, 16/6902 e 16/7723 constavam como "termo vigente". Sendo assim: O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas ao HUAV, relativo às Resoluções SES/MG nºs 6011/2017 (1º quadrimestre/2017 - Pro Sorriso) e 6210/2018 (1º, 2º e 3º quadrimestre/2018 - Pro Sorriso) até o 5º dia útil após o recebimento, está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 16/5180, cláusula segunda - das obrigações, item 2.1, letra "a". O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas ao HUAV, relativo às Resoluções SES/MG nºs 6011/2017 (parciais Parcial 2º e 3º quadrimestre/2017), 5181/2016 (Restante da resolução 5181), 5907/2017 (1º 2º e 3º quadrimestres/2017) da ação anestesia geral ou sedação em ambiente hospitalar, até o 5º dia útil após o recebimento, está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 16/5181, cláusula segunda - das obrigações, item I, letra "a". O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas ao HUAV, relativo à Resolução SES/MG nº 6838/2019 (Restante da Res. 6838/2019) da ação assistência odontológica hospitalar de média e alta complexidade, até o 5º dia útil após o recebimento, está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 16/6838, cláusula segunda - das obrigações, item I, letra "a". O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas ao HUAV, relativo à Resolução SES/MG nº 6902/2019, até o 5º dia útil após o recebimento."

Manifestação do auditado:

"Conforme consta no Anexo 10, embora o apontamento de atraso nos repasses, restam comprovados os pagamentos efetivamente realizados."

Com relação aos atrasos em questão a normativa que rege o tema estabeleceu:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017:

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

Art. 17. O valor pré-fixado será composto: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17)

I - pela série histórica de produção aprovada da média mensal dos 12 (doze) meses anteriores à celebração do contrato da média complexidade; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, I)

II - por todos os incentivos de fonte federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, com detalhamento de tipo e valor, vinculados ao alcance das metas qualiquantitativas. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, II)

§ 1º Integram o componente pré-fixado dos instrumentos formais de contratualização os seguintes incentivos financeiros: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º)

I - Incentivo à Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH) Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC) (Redação dada pela PRT GM/MS nº 2.925 de 01.11.2017); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, I)

II - Incentivo de custeio das Redes Temáticas de Atenção à Saúde; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, II)

III - Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, III)

IV - recursos do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, IV)

V - valores referentes ao Fator de Incentivo ao Ensino e Pesquisa (FIDEPS), extinto pela Portaria nº 1.082/GM/MS, de 2005; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, V)

VI - Incentivo de Integração ao SUS (Integrasus); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, VI)

VII - outros recursos pré-fixados de fonte estadual ou municipal; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, VII)

VIII - outros recursos financeiros pré-fixados que venham a ser instituídos. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, VIII)

§ 2º O IGH está regulamentado no Anexo 2-B; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 2º)

Art. 18. A parte pós-fixada será composta pelo valor de remuneração dos serviços de Alta Complexidade e do FAEC, calculados a partir de uma estimativa das metas físicas, remunerados de acordo com a produção autorizada pelo gestor contratante. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 18)

(...)

Art. 28. O repasse dos recursos financeiros pelos entes federativos aos hospitais contratualizados será realizado de maneira regular, conforme estabelecido nos atos normativos específicos e no instrumento de contratualização, e condicionado ao cumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas no Documento Descritivo. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28)

§ 1º O valor pré-fixado dos recursos de que trata o "caput" serão repassados mensalmente, distribuídos da seguinte forma: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 1º)

I - 40% (quarenta por cento) condicionados ao cumprimento das metas qualitativas; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 1º, I)

II - 60% (sessenta por cento) condicionados ao cumprimento das metas quantitativas. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 1º, II)

§ 2º Os percentuais de que tratam os incisos I e II poderão ser alterados, desde que pactuados entre o ente federativo contratante e o hospital e respeitado o limite mínimo de 40% (quarenta por cento) para uma das metas. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 2º)

§ 3º O não cumprimento pelo hospital das metas quantitativas e qualitativas pactuadas e discriminadas no Documento Descritivo implicará na suspensão parcial ou redução do repasse dos recursos financeiros pelo gestor local. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 3º)

Art. 29. O hospital que não atingir pelo menos 50% (cinquenta por cento) das metas qualitativas ou quantitativas pactuadas por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados terá o instrumento de contratualização e Documento Descritivo revisados, ajustando para baixo as metas e o valor dos recursos a serem repassados, de acordo com a produção do hospital, mediante aprovação do gestor local. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 29)

Art. 30. O hospital que apresentar percentual acumulado de cumprimento de metas superior a 100% (cem por cento) por 12 (doze) meses consecutivos terá as metas do Documento Descritivo e os valores contratuais reavaliados, com vistas ao reajuste, mediante aprovação do gestor local e disponibilidade orçamentária. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 30)

(...)

Art. 31. Os incentivos de fonte federal serão repassados de forma regular aos hospitais, de acordo com normas específicas de cada incentivo, previstas no instrumento formal de contratualização. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 31)

§ 1º A variação ou suspensão dos valores dos repasses dos incentivos federais deverão constar em cláusula contratual de acordo com percentuais estabelecidos no art. 28, § 1º. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 31, § 1º)

§ 2º Salvo em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, o não repasse dos valores dos incentivos federais ao prestador incorrerá na suspensão prevista no art. 1152, II da Portaria de Consolidação nº 6, ou no art. 304 da Portaria de Consolidação nº 6, conforme o caso. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 31, § 2º) (...)

- Portaria MS/GM nº 23, de 6 de janeiro de 2006, que estabelece recursos a serem disponibilizados ao Estado de Minas Gerais e ao Município de Alfenas (MG), habilitados em Gestão Plena do Sistema:

Art. 1º Estabelecer recursos, no montante de R\$ 1.117.734,48 (um milhão, cento e dezessete mil setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), a serem disponibilizados ao Estado de Minas Gerais e ao Município de Alfenas (MG), habilitados em Gestão Plena do Sistema, conforme abaixo descrito:

I - R\$ 955.944,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil novecentos e quarenta e quatro reais), correspondentes ao Incentivo da Contratualização; e

II - R\$ 161.790,48 (cento e sessenta e um mil, setecentos e noventa reais e quarenta e oito centavos), correspondentes ao Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde (INTEGRASUS), que serão remanejados do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC para o teto financeiro de média e alta complexidade do Município de Alfenas e passam a compor o montante de recursos destinados à implantação do programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino, em conformidade com o art. 6º da Portaria GM/MS Nº 1.702, de 17 de agosto de 2004.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio e à manutenção do Hospital Universitário Alzira Velano - CNPJ 17.878.554/0001-99, CNES 2171988.

- Portaria MS/GM nº 3.131, de 24 de dezembro de 2008 que estabelece recursos a serem disponibilizados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

Art. 1º Estabelecer recursos no montante anual de R\$ 27.300.837,52 (vinte e sete milhões, trezentos mil oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos) a serem disponibilizados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos serão adicionados ao valor do Incentivo à Contratualização - IAC destinado às instituições que aderiram ao Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais de Ensino.

UF	Município	GESTÃO	Unidade	CNPJ	CNES	Valor Anual
MG	Alfenas	Municipal	HU Alzira Velano/FundEnsTecnol Alfenas	17.878.554/0001-99	2171988	95.594,64

- Portaria MS/GM nº 3.172, de 28 de dezembro de 2012, que concede aumento no valor do Incentivo à Contratualização às Entidades Beneficentes sem Fins Lucrativos participantes do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos ou do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino no Sistema Único de Saúde (SUS):

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R\$ 146.529.495,05 (cento e quarenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinco centavos), que serão incorporados ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme anexo a esta Portaria.

§ 1º Os recursos estabelecidos no caput deste artigo serão adicionados ao valor do Incentivo à Contratualização (IAC) destinado às Entidades Beneficentes sem Fins Lucrativos participantes do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos e do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme anexo a esta Portaria.

§ 2º O gestor local do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá providenciar Termo Aditivo ao contrato/convênio celebrado com cada unidade beneficiada por esta Portaria sob sua gestão, adicionando os recursos estabelecidos no anexo a esta Portaria.

(...)

Art. 3º Os recursos do IAC transferidos pelo Ministério da Saúde a Estados, Municípios e Distrito Federal devam ser aplicados nos hospitais listados no anexo a esta Portaria.

(...)

Art. 5º Em caso de interrupção do repasse dos recursos do IAC por parte do Gestor local do SUS para os estabelecimentos de saúde listados no anexo a esta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência desses valores ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados, Municípios e Distrito Federal, fazendo também o desconto de valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

- Portaria GM/MS nº 4.380, de 28 de dezembro de 2018, que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Alfenas (MG):

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Minas Gerais e do Município de Alfenas, no montante anual de R\$ 4.653.750,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e setecentos e cinquenta reais).

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se à qualificação de 60 (sessenta) leitos de enfermagem clínica de retaguarda, sendo 10 (dez) leitos novos e 10 (dez) leitos existentes, disponíveis ao SUS, do Hospital Universitário Alzira Velano, CNES 2171988, e 20 (vinte) leitos novos e 20 (vinte) leitos existentes, disponíveis ao SUS, da Santa Casa de Alfenas, CNES 2171945, ambos localizados no Município de Alfenas/MG (contratualizados com a gestão municipal), previstos no Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e dos Municípios de Minas Gerais, conforme Portaria nº 3.039/GM/MS, de 27 de dezembro de 2016. (...)

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 6, de 28 de setembro de 2017 que contém as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde:

(...)

Seção IV

Do Prazo para o Pagamento dos Incentivos Financeiros aos Estabelecimentos de Saúde que Prestam Serviços de Forma Complementar ao SUS

(...)

Art. 303. Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do fundo estadual/distrital/municipal de saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS. (Origem: PRT MS/GM 2617/2013, Art. 1º)

- Termo de Compromisso nº 16/7224 que entre si celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e o município de Alfenas, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I – AO MUNICÍPIO/SMS:

(...)

c - repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAFI e instauração de Tomada de Conta Especial; (...)

- Termo de Compromisso nº 16/ Resolução SES/MG nº 7723 e nº 7788 de 2021 que entre si celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e o município de Fundo Municipal de Saúde de Alfenas por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I – AO MUNICÍPIO/SMS:

(...)

b - repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela SES/MG até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF e instauração de Tomada de Conta Especial; (...)

Da análise das argumentações apresentadas concluímos o seguinte:

2 - Constatação nº 653511

Conforme verificado, a argumentação do auditado assume que as irregularidades apontadas pela equipe de auditoria de fato ocorreram, sem, contudo, apresentar motivo válido a justificar os atrasos.

Consta dos anexos apresentados pelo recorrente:

- No anexo 3, consta notas de empenho, notas fiscais e comprovantes de depósito bancário relativos aos incentivos IAC, INTEGRASUS, Rede Cegonha e Rede Urgência/Emergência que demonstram que os repasses foram feitos com atraso. Enquanto no anexo 4, consta os documentos relativos aos repasses para CER III.

- Conforme os Anexos 5, 6 e 7, do valor apontado pela auditoria foi repassado um valor a menor. No anexo 5, constam notas de empenho, notas fiscais e comprovantes bancários relativos a Alta Complexidade, tendo sido verificado que os repasses não foram feitos nas datas previstas pela legislação pertinente.
- Anexo 6, relativo à média complexidade, os documentos acostados demonstram o atraso no repasse dos recursos financeiros.
- Anexo 7, constam documentos referentes aos repasses OPM auditivas, cadeira de rodas e transplante, todos feitos com atraso.
- Anexo 8 constam documentos referentes ao programa Valora Minas com o repasse efetuado fora do prazo.
- Anexo 9 que contém documentos referentes aos procedimentos de cirurgia cardiovascular.
- Anexo 10 que contém documentos referentes aos pagamentos feitos ao HUAV para atendimento odontológico em ambiente hospitalar.

Ante ao exposto, nossa opinião é no sentido de que as penalidades aplicadas nos respectivos itens deverão ser mantidas.

3 - Constatação nº 653512

O Auditado informou que os repasses foram feitos com atraso e encaminhou os comprovantes dos pagamentos conforme os Anexos 5, 6 e 7. No anexo 5, consta notas de empenho, notas fiscais e comprovantes bancários relativos a Alta Complexidade, tendo sido verificado que os repasses não foram feitos nas datas previstas. Também, no anexo 6, relativo à média complexidade, os documentos acostados demonstram o atraso no repasse dos recursos financeiros. Quanto ao anexo 7, constam documentos referentes aos repasses OPM auditivas, cadeira de rodas e transplante, todos feitos com atraso. Portanto, consideramos que a irregularidade não foi justificada.

4 - Constatação nº 653519

O auditado informou que, embora com atraso, efetuou os repasses, conforme Anexo 8. Nesse anexo, consta documentos referentes ao programa Valora Minas com o repasse efetuado fora do prazo. Portanto, consideramos a irregularidade não justificada.

5 - Constatação nº 653520

O Auditado informou que, embora em atraso, os pagamentos/ repasses foram feitos. Encaminhou o anexo 3 em que se verifica notas de empenho, notas fiscais referentes à Rede Cegonha e comprovantes de depósito bancário que demonstram que os pagamentos foram feitos fora do prazo definido nas normas. De tal modo, permanece a irregularidade.

6 - Constatação nº 653521

O Auditado informou que, embora em atraso, os pagamentos/ repasses foram feitos. Encaminhou o anexo 9, que contém documentos referentes aos procedimentos de cirurgia cardiovascular cujo pagamento foi feito após prazo previsto nas normas. Considerando que a constatação se refere ao atraso no repasse dos recursos, permanece não justificada.

7 - Constatação nº 653522

O Auditado informou que, embora em atraso, os pagamentos/ repasses foram feitos. Encaminhou o anexo 10 que contém documentos referentes aos pagamentos feitos ao HUAV para atendimento odontológico em ambiente hospitalar. Portanto, permanece a irregularidade.

8 - **Constatação nº 653523** – A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas atrasou o repasse de valores dos recursos de origem Estadual, relativos ao Pro-hosp, entre os anos de 2019 a outubro de 2021 destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Alfenas recebeu, por intermédio de Termos de Compromissos firmados com a SES/MG, recursos para custeio das ações e serviços dentro da Política do Pro-hosp, elencados no anexo deste relatório, na tabela 22, os quais destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano. Por meio da análise da relação de pagamentos efetuados pelo FES/MG ao FMS/Alfenas (BO), foram identificados os repasses dos recursos realizados entre os anos de 2019 e 2021 e destinados ao referido prestador. Analisando os processos de pagamentos do FMS em favor do HUAV, relatórios extrato do credor - Fundação de Ensino e Tecnologias de Alfenas - FETA (Hospital Universitário Alzira Velano), os empenhos emitidos liquidados, pagos e não pagos, os extratos das contas correntes, aplicações e o razões, dos anos de 2019 à junho a 2022, foram identificados recursos repassados em atraso, pelo FMS/Alfenas ao HUAV, relativos às Resoluções SES/MG nºs 6001/2017 e 6134/2018 (R\$ 222.956,10), 6638/2019 (R\$ 867.441,16), 6792/2019 (R\$ 433.720,58), 6897/2019 (R\$ 620.192,16), 7037/2020 (R\$ 433.720,58), 7087/2020 (R\$ 867.441,16), 7379/2021 (R\$ R\$ 867.441,18) e 7613/2021 (R\$ 216.860,30), no valor total de R\$ 4.529.773,22 (quatro milhões, quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos), conforme detalhado no anexo deste relatório, na tabela 22. Conforme informações contidas no sistema SIGRES, extraídas em 28/03/2023, o status do Termo de Compromisso nº 16/5737 constava como "termo vigente". Sendo assim: O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas ao HUAV, até o 5º dia útil após o recebimento, relativo respectivamente às Resoluções SES/MG nºs 6001/2017 e 6134/2018 (1º quadrimestre/2018), 6638/2019 (1º e 2º quadrimestre/2019), 6792/2019 (3º quadrimestre/2019), 6897/2019 (parcela excepcional 2019), 7037/2020 (1º quadrimestre/2020), 7087/2020 (2º e 3º quadrimestre/2020), 7379/2021 (1º e 2º quadrimestre/2021) e 7613/2021 (3º quadrimestre/2021-parcelas de setembro e outubro).”

Manifestação do auditado:

Não apresentou manifestação em segunda instância.

9 - **Constatação nº 653529** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos próprios, previstos no Convênio nº 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A análise da documentação enviada para a equipe de auditoria, consultas aos sites oficiais e pela documentação disponibilizada in loco nos dias da atividade operativa demonstrou que houve retenção de valores pela Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas dos recursos próprios previstos no Convênio 001/2020, Cláusula Sexta, Quadro 1, item 5.1 e Primeiro Termo Aditivo, cláusula 1ª, § 1º e Segundo Termo Aditivo, cláusula 1ª, § 1º, devidos ao Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), no período de janeiro de 2019 a junho 2022. Foram identificados nos processos de pagamentos do Fundo Municipal de Saúde (FMS) em favor do HUAV, relatórios analíticos de pagamentos realizados ao prestador e relação de empenhos emitidos entre os anos de 2019 a 2022, repasses dos recursos próprios no montante de R\$ 64.400,00 (sessenta e quatro mil e quatrocentos reais) (Tabela 23 anexa a este relatório). Na mesma análise, também foi possível identificar valores não pagos, relativos às notas fiscais emitidas entre março de 2021 a agosto de 2022 (Tabela 24 anexa a este relatório); recursos esses retidos pelo FMS/Alfenas, no montante de R\$ 88.412,34 (oitenta e oito mil, quatrocentos e doze reais e trinta e quatro centavos), em empenhos liquidados e não pagos ao prestador.”

Não houve manifestação do auditado.

10 - **Constatação nº 653531** – A Composição da Comissão de Acompanhamento do Convênio nº 001/2020 não foi objeto de publicação no Diário Oficial do Município ou publicações equivalentes.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Não foi observada pela equipe de auditoria na documentação enviada pela SMS e apresentadas in loco, a publicação no Diário Oficial do Município ou publicações equivalentes a Composição da Comissão de Acompanhamento do Convênio nº 001/2020 feito entre a SMS e o HUAV. Foi apresentado uma Portaria Municipal do ano de 2017 (Portaria Municipal nº 648, de 01 de agosto de 2017, nomeia uma comissão de acompanhamento e convênios firmados entre o Município de Alfenas e os hospitais a ele credenciados através do SUS - Sistema Único de Saúde em consonância com a Política de Atenção Hospitalar (PNHOSP).), porém não foram apresentadas sua publicação no Diário Oficial do Município ou equivalentes.”

Não houve manifestação do auditado.

11 - **Constatação nº 653532** – A Comissão de Acompanhamento da contratualização não monitora de forma regular a execução das ações e serviços de saúde pactuados.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Conforme a análise da documentação enviada pela SMS e dos documentos disponibilizados nos dias da fase operativa da atividade de auditoria a Equipe constatou que não foi realizado o monitoramento de forma regular da execução das ações e serviços de saúde pactuados nos Termos de convênio para realização de serviços, ações e atividade de saúde nº 001/2013 e termos aditivos e Convênio nº 001/2020 e termo aditivo, celebrados entre a SMS e o HUAV, no período de abrangência da auditoria (2019 à 2022). Embora tenha sido identificada a nomeação de uma Comissão de Acompanhamento de Convênios no Ano de 2017, com representantes das instituições de saúde do município (Portaria Municipal nº 648/2017), foi entregue à equipe, apenas uma ata de reunião, tratando de assuntos diversos sobre o prestador Santa Casa de Alfenas, não citando o HUAV, nem havendo participação de membros da instituição nessa reunião. Posterior a essa reunião não foi apresentada mais nenhuma documentação que comprovasse a efetiva atuação da referida comissão para acompanhar (monitorar) de forma regular as ações de saúde pactuadas pelo de forma regular da execução das ações e serviços de saúde pactuados nos Termos de convênio nº 001/2013 e seus termos aditivos e no Termo de convênio nº 001/2020 e termo aditivo.”

Manifestação do auditado:

“A Comissão de Acompanhamento da Contratualização teve suas atividades retomada conforme documentação do Anexo 1.”

Da normativa que rege o tema:

- Portaria de consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017 que contém as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS: (...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

Art. 5º Para efeito da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), considera-se: (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 5º)

VII - diretrizes terapêuticas: recomendações desenvolvidas de modo sistemático para auxiliar os profissionais de saúde e usuários no momento da tomada de decisões acerca de circunstâncias clínicas específicas; (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 5º, VII)

Art. 32. A busca da sustentabilidade será uma das bases do custeio dos hospitais, considerando a sua população de referência, o território de atuação, a missão e o papel desempenhado na RAS, pactuados regionalmente. (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 27)

§ 1º Todos os recursos que compõem o custeio das ações e serviços para a atenção hospitalar constarão em um único instrumento formal de contratualização, mediado pelo cumprimento de metas quali-quantitativas de assistência, gestão e ensino/pesquisa. (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 27, § 1º)

- Termo de convênio para realização de serviços, ações e atividade de saúde nº 001/2020:

DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

CLÁUSULA OITAVA – Para acompanhamento do cumprimento deste instrumento deverá ser constituída uma Comissão de Acompanhamento de Convênio específica, com o objetivo de avaliar o nível de desempenho do HOSPITAL, relativo às metas pactuadas no POA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Comissão de Acompanhamento do Convênio será composta por: Dois representantes do MUNICÍPIO, técnicos da Secretaria Municipal de Saúde; Dois representantes do HOSPITAL.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Cada instituição definida no parágrafo anterior desta cláusula indicará os seus representantes, sendo que tal decisão deve ser homologada pelo Gestor do SUS Municipal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O mandato da Comissão será compatível com a vigência deste instrumento, devendo qualquer alteração da sua composição ser homologada pelo Gestor Municipal do SUS.

PARÁGRAFO QUARTO – Os membros da Comissão não serão remunerados, por esta atividade.

PARÁGRAFO QUINTO – A Comissão se reunirá trimestralmente, em caráter ordinário, emitindo um relatório sobre o desempenho do HOSPITAL, ou extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

PARÁGRAFO SEXTO – Para o atendimento de sua finalidade a Comissão de Acompanhamento do Convênio deverá utilizar de todo o conteúdo previsto no Plano Operativo e neste Convênio.

PARÁGRAFO SÉTIMO. – Para o atendimento de sua finalidade a Comissão de Acompanhamento do Convênio deverá ser respaldada em normas do Sistema Único de Saúde para a solução de eventuais divergências entre as partes.”

O Auditado informou que a Comissão de Acompanhamento da Contratualização reiniciou as atividades conforme o Anexo 1. Anexou atas de reuniões da comissão de monitoramento/acompanhamento dos contratos, sendo que, apenas 1 das atas era de 2017. A partir de 2023 a comissão se reuniu com maior regularidade, conforme as cópias das atas (janeiro, março, maio). Dessa forma, consideramos que medidas foram tomadas visando correção da irregularidade identificada.

• Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos em consequência das seguintes constatações não conformes:

12 - **Constatação nº 653527** – A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES – Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas e destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Alfenas recebeu, por intermédio de Termos de Compromissos firmados com a SES/MG, recursos para custeio das ações e serviços dentro da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas, elencados na Tabela no 15 deste relatório, os quais são destinados ao Hospital Universitário Alzira Velando.

Por meio da análise da relação de pagamentos efetuados pelo FES/MG ao FMS/Alfenas (BO), foram identificados os repasses dos recursos realizados entre os anos de 2021 e 2022 e destinados ao referido prestador.

Analisando os extratos das contas correntes, aplicações e os razões, dos anos de 2021 a junho de 2022, foi identificado uma transferência da Conta Corrente nº 66.657-2/agência 0168-6 no Banco do Brasil no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para a conta bancária do FMS nº 45.000.004-6/Agência 3011-2/Banco Santander no dia 01/02/2022. Na razão de banco consta descrito como FOLHA DE PAGAMENTO MÊS 01/2022. Durante a fase operativa foi apresentado a equipe documentação comprobatória das despesas realizadas com este recurso. Foram apresentados empenhos cuja especificação é folha de pagamentos e o comprovante da transferência Bancária. Na dotação dos empenhos consta como órgão a SMS (10) e como Unidade (10.01) Secretaria Executiva, portanto este valor transferido não foi utilizado com despesas relacionadas a Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas, destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.”

Manifestação do auditado:

“Já foi realizado devolução de recurso – resposta ao Ofício 059/2023, datado de 16/06/2023, onde constou o pedido de prorrogação de prazo conforme comprovante de transferência bancária em (anexo 11).”

Extraí-se das resoluções pertinentes:

- Resolução SES/MG nº 7.224, de 16 de setembro de 2020, que estabelece as normas gerais, as regras, os critérios de elegibilidade e a sistemática de monitoramento para o Módulo Valor em Saúde, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas;

(...)

Art. 3º - As disposições desta Resolução se aplicam aos hospitais públicos, entidades sem fins lucrativos ou universitários, considerados de relevância Microrregional, Macrorregional ou Estadual, conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos pelo

Grupo de Trabalho da Política de Atenção Hospitalar, instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG no 3.016, de 23 de outubro de 2019.

- Resolução SES/MG nº 7.826, de 5 de novembro de 2021 que divulga o elenco de hospitais, tipologia e o respectivo valor de incentivo financeiro anual para o Módulo Valor em Saúde da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas:

Art. 1º - Divulgar a relação dos hospitais de relevância Micro, Macro e Estadual e a tipologia nas redes temáticas para o Módulo Valor em Saúde da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas, conforme Anexo Único desta Resolução.

Anexo Único da Resolução SES/MG nº 7.826, de 5 de novembro de 2021. Elenco de hospitais, tipologia e o valor de incentivo financeiro do Módulo Valor em Saúde.

Macrorregião Sul

Hospital Universitário Alzira Velano

Macrorregional Complementar / Microrregional

Nível II + Nível I AVC + Nível I Cardio Vasculares + Nível I Trauma tipo A

Instituição GAR

Serviços de Assistência Odontológica Hospitalar do componente bucomaxilofacial/pacientes com necessidades especiais e Serviços de Assistência do componente Deformidade Crânio Facial; R\$ 4.634.118,35

- O Termo de compromisso nº 16/7224, estabeleceu:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COMPROMISSO** tem por objeto a adesão do **MUNICÍPIO/SMS** às regras previstas na Resolução SES/MG nº 7.224, de 16 de setembro de 2020, nas Resoluções SES/MG nº 7.225, de 16 de setembro de 2020, e 7.831, de 05 de novembro de 2021, no caso específico do Módulo Plataforma Hospitais com Centro de Parto Normal (CPN) e na Resolução SES/MG nº 7.845, de 11 de novembro de 2021, no que couber, visando à execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante a definição de indicadores e metas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O recurso financeiro previsto nesta Resolução deverá ser utilizado para: (I) qualificar a assistência; (II) ampliar o acesso/ aumentar a contribuição para a resolubilidade do território; (III) otimizar capacidade instalada; (IV) responder demandas e necessidades da população atendida, em consonância com a grade de atendimento pactuada nos territórios.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As ações/serviços de saúde serão executadas pelo(a) Santa Casa de Alfenas CNES 2171945, Hospital Municipal Alzira Velano CNES 2171988, doravante denominada (s) ENTIDADE (S) BENEFICIADA (S).

PARÁGRAFO TERCEIRO – A(s) ENTIDADE(S) BENEFICIADA(S) se vinculam às redes temáticas - Rede de Atenção ao Parto e Nascimento, Rede Resposta às Urgências e Emergências e a Rede de Saúde Bucal - no que couber, e devem cumprir os compromissos relativos a tais redes temáticas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I – AO MUNICÍPIO/SMS:

(...)

c - repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAFI e instauração de Tomada de Conta Especial; (...)

O Auditado encaminhou comprovante de devolução junto com o pedido de prorrogação de prazo para apresentação da defesa conforme Anexo 11. Nesse anexo, consta o comprovante de transferência bancária da conta corrente FMS recursos próprios para conta corrente FMS Resolução nº 7826/2021 no valor de R\$ 862.160,00. Contudo, a equipe de auditoria havia apontado, em primeira instância, que o auditado não efetuou o pagamento referente à diferença do valor transferido a menor em R\$ 4.431,75 (quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos). Assim sendo, permanece a irregularidade em relação à devolução da diferença apontada pela equipe de auditoria.

13 - **Constatação nº 653528** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES – Programa Deformidade Craniofacial e destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

As irregularidades constatadas referem-se a pagamentos de pessoal da SMS, com os recursos destinados ao referido programa.

Manifestação do auditado:

“Já foi realizado devolução de recurso – resposta ao Ofício 059/2023, datado de 16/06/2023, onde constou o pedido de prorrogação de prazo conforme comprovante de transferência bancária em (anexo 11). “

Da legislação que rege o tema:

- Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela união, estados, distrito federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689 de 27 de julho de 1993;

(...)

Art. 27. Quando os órgãos de controle interno do ente beneficiário, do ente transferidor ou o Ministério da Saúde detectarem que os recursos previstos no inciso II do § 3º do artigo 198 da Constituição Federal estão sendo utilizados em ações e serviços diversos dos previstos no art. 3º desta Lei Complementar, ou em objeto de saúde diverso do originalmente pactuado, darão ciência ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público competentes, de acordo com a origem do recurso, com vistas:

l - à adoção das providências legais, no sentido de determinar a imediata devolução dos referidos recursos ao Fundo de Saúde do ente da Federação beneficiário, devidamente atualizados por índice oficial adotado pelo ente transferidor, visando ao cumprimento do objetivo do repasse;"

- Decreto Federal nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, que regulamenta os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do **caput** do art. 158, as alíneas "a" e "b" do inciso I e o inciso II do **caput** do art. 159 da Constituição, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntárias da União, nos casos de descumprimento da aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde de que trata a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012,;

(...)

Art. 23. Verificado o descumprimento das disposições da Lei Complementar nº 141, de 2012 ou deste Decreto, ou detectada a aplicação de recursos federais em objeto diverso do originalmente pactuado, o Ministério da Saúde comunicará a irregularidade:

(...)

*§ 2º A atuação dos destinatários da comunicação de que trata o **caput** terá como objetivo promover a imediata devolução dos recursos irregularmente aplicados ao Fundo de Saúde do ente federativo beneficiário, visando ao cumprimento do objetivo do repasse, nos termos do inciso I do caput do art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012. (Redação dada pelo Decreto nº 9.380, de 2012) (...)*

- Portaria MS/GM nº 885, de 4 de maio de 2021, que regulamenta o art. 23 do Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, para dispor sobre os procedimentos de cobrança administrativa e de instauração de tomada de contas especial para recomposição ao erário de valores transferidos na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Ministério da Saúde.

(...)

Art. 8º Após a quantificação do valor do débito e da identificação dos responsáveis, deverá ser realizada a notificação dos responsáveis para, no prazo de 10 (dez) dias:

(...)

§ 2º A notificação de que trata o caput indicará que a recomposição dos recursos deverá ocorrer em favor:

l - do Fundo de Saúde do ente beneficiário do repasse, nas hipóteses de desvio de finalidade ou desvio de objeto, nos termos do inciso I do art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

O Auditado anexou o comprovante bancário do valor devolvido (R\$ 56.856,80), porém, ocorreu uma divergência entre o valor devolvido e o apurado, uma vez que de acordo com o Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União, o saldo a ser devolvido (de 14/03/2023 a 16/06/2023) totalizou o valor de R\$ 57.026,05 (cinquenta e sete mil, vinte e seis reais e cinco centavos), existindo uma diferença no valor transferido a menor.

Assim sendo, permanece a irregularidade, no que se refere à devolução da diferença (R\$ 169,25) apurada pela equipe de auditoria.

14 - **Constatação nº 653506** – A SMS de Alfenas retém valores do componente pré-fixado (incentivos) de origem do Fundo Nacional de Saúde (FNS) previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

A equipe de auditoria evidenciou:

"Os Convênios nº 001/2013, nº 001/2020 e Termos Aditivos firmados entre a SMS de Alfenas e HUAV preveem o valor estimado para sua execução e especifica no Quadro 1 da Cláusula Sexta, o valor pré-fixado relativo a incentivos financeiros de origem do FNS. No Quadro 1 estão relacionados: Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC); Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde (INTEGRASUS); Incentivo Rede Cegonha; Incentivo Rede de Atenção à Urgências e Incentivo à Qualificação de Leitos Clínicos de Retaguarda. Foram detalhados, por competência e demonstrados, respectivamente nas tabelas 01 a 05, anexadas a este relatório de auditoria, valores, datas e dados bancários de transferências do FNS ao FMS de Alfenas do teto MAC; número de Nota Fiscal emitida pelo HUAV; valores, datas e dados bancários da transferência realizado pela SMS ao hospital e número do empenho do processo de pagamento destes incentivos, bem como a portaria que os originou. A análise detalhada das tabelas, assim como a íntegra do texto dessa evidência, estão no ANEXO 02 - EVIDÊNCIA CONSTATAÇÃO Nº 653506. Tal análise revela que, no período de janeiro de 2019 a junho de 2022, a SMS Alfenas recebeu regularmente os valores financeiros do FNS referentes ao componente pré-fixado (incentivos) destinados ao HUAV que compõem o teto MAC e retém o total acumulado do mesmo período de R\$ 7.847.954,82 (sete milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) desses incentivos previstos em contrato."

Manifestação do auditado:

Ofício nº 345/2023

"Considerando os valores do componente pré-fixado (incentivos) de origem do Fundo Nacional de Saúde (FNS) supostamente não repassados ao Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), a Secretaria realizou levantamento junto aos setores responsáveis e têm-se:

IAC

Relativo ao Incentivo de Adesão a Contratualização (IAC) a equipe de auditoria apontou o possível valor devido de R\$ 5.682.797,16, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde já havia realizado o pagamento de R\$ 1.420.699,29 conforme comprovante anexo (anexo 3), referente as competências de Nov/2021, Dez/2021 e Abr/2022.

Os demais valores não foram pagos em virtude da **inabilitação da instituição para fazer jus ao incentivo**, tendo em vista os itens da CLÁUSULA SEXTA do Termo de Convênio 001/2020 firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e o Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), veja-se:

“PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor do componente pré-fixado, que corresponde aos incentivos federais destinados ao HOSPITAL, quais sejam: Incentivo de Adesão à Contratualização – IAC, Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde (INTEGRASUS), Rede Cegonha – Incentivo Portaria GM 1.944, de 18 de outubro de 2016, Rede de Atenção às Urgências – RAU Incentivo Portaria GM 3.039, de 27 de dezembro de 2016 e Incentivo para Qualificação de leitos clínicos de retaguarda, Portaria 4.380 de 28 de dezembro de 2018 ”

“PARÁGRAFO TERCEIRO - O HOSPITAL deverá no prazo máximo de seis meses a partir da data de assinatura deste Termo de Contratualização, regularizar e apresentar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS-Saúde) ao MUNICÍPIO para fazer jus ao recebimento do valor do Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC) item 10 do Quadro 1 desta Cláusula” (grifo nosso) e

“PARÁGRAFO QUARTO - caso o HOSPITAL não tenha regularizado a concessão ou renovação do Certificado CEBAS-Saúde ao MUNICÍPIO dentro do prazo de seis meses, o valor referente ao incentivo IAC será suprimido do valor global da programação orçamentária do HOSPITAL, item 10 do Quadro 1 desta Cláusula.

Considerando o supracitado, além da não possibilidade de receber os valores de incentivo solicitados, a instituição percebeu as competências de Nov, Dez/2021 e Abr/2022, de forma irregular, devendo ser apurado crédito para o município no valor de R\$ 1.420.699,29 (um milhão quatrocentos e vinte mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos) considerando o conteúdo do processo de perda do CEBAS (anexo 2).”

15 - **Constatação nº 653507** – SMS de Alfenas retém valores de incentivos de origem do FNS previstos nos Convênios 01/2013, 001/2020 e Termos Aditivos como componente pós fixados devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Os Convênios nº 001/2013, nº 001/2020 e Termos Aditivos firmados entre a SMS de Alfenas e HUAV preveem o valor estimado para sua execução e específica no Quadro 1 da Cláusula Sexta - Pós fixado: Teto Municipal Rede Viver Sem Limites (RDEF) CER III FÍSICA/Auditiva/ Visual SIA FAEC - o valor mensal de R\$ 214.749,56. Apesar de estar relacionado como componente pós fixados, este valor foi incorporado ao teto municipal MAC de Alfenas como incentivo. Nos processos de pagamento é tratado como incentivo, pois no histórico dos empenhos aparece como especificação o repasse referente ao incentivo financeiro de custeio para componente atenção especializada da rede de cuidados à pessoa com deficiência e menciona a habilitação do hospital como CER III. Na autorização para empenho e pagamento emitido pelo Sistema de Informações Assistenciais - Faturamento SIA, SIH e CIHA do Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria da SMS de Alfenas, que faz parte do processo de pagamento, aparece como tipo: incentivos. Há outros processos de pagamento onde são efetuados os repasses de valores pelos procedimentos do grupo 07 (órtese prótese e materiais especiais) realizados pelo HUAV. No histórico dos empenhos desses processos aparece como especificação o pagamento ao prestador SIA/SUS-FAEC cadeira de rodas. Assim, foram detalhados, por competência e demonstrados na Tabela 06 - CER III, valores, datas e dados bancários de transferências do FNS ao FMS de Alfenas do teto MAC; número de Nota Fiscal emitida pelo HUAV; valores, datas e dados bancários da transferência realizado pela SMS ao hospital e o número do empenho do processo de pagamento, bem como a portaria de origem. A análise dos dados da tabela 06 revela que a SMS de Alfenas recebeu, regularmente os valores financeiros do FNS que compõem o teto MAC, incluindo recursos do incentivo CER III devidos ao HUAV e retém valores referentes às competências de abril a junho de 2022 somando R\$ 644.248,68 (seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos) deste mesmo incentivo.”

Manifestação do auditado:

Ofício nº 345/2023

“Fundamentação:

Considerando os valores de incentivos de origem do Fundo Nacional de Saúde (FNS) supostamente não repassados ao Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), a Secretaria realizou levantamento junto aos setores responsáveis e têm-se:

CER III

Os recursos apontados com referência ao CER III foram realizados nas competências ABR, MAIO, JUN/2022, e tiveram seus repasses realizados, conforme planilha abaixo. Os comprovantes de pagamentos seguem em anexo (anexo 4).”

16 - **Constatação nº 653508** – A SMS de Alfenas retém valores do componente pós-fixado de origem do FNS, relativos à produção SIAH/SUS de Alta Complexidade (AC) previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Os Convênios nº 001/2013, nº 001/2020 e Termos Aditivos preveem o valor estimado para sua execução e específica a programação orçamentária por componente e por tipo/subtipo de financiamento. Dentro do componente pós fixado de alta complexidade, a programação orçamentária apresenta valores para a produção ambulatorial (SIA/SUS AC) e hospitalar (SIH/SUS AC). Descrevem que o valor do componente pós fixado “será repassado mensalmente do Fundo Municipal de saúde ao HOSPITAL, posteriormente, após produção, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira, de acordo com a produção mensal aprovada pela SMS, até o limite de transferência do FNS, respeitando, similarmente, o teto limite programado no Plano Operativo integrante”. O hospital deve encaminhar à SMS, o arquivo constando produção hospitalar e ambulatorial, de MAC e a SMS deve processar a produção de todos os serviços sob gestão municipal, ambos mensalmente, respeitando cronograma estabelecido. Por fim a

SMS, Divisão de Regulação, Setor de Faturamento deve encaminhar memorando à Contabilidade, solicitando previsão orçamentária, de acordo com o valor encaminhado para gerar o pagamento ao hospital. Foram elaboradas a Tabela 07 - SIA/SUS Alta Complexidade e Tabela 08 - SIH/SUS Alta Complexidade onde estão detalhados, no período de jan/2019 a jun/2022, por competência: valor, data e dados bancários de transferências do FNS ao FMS de Alfenas do teto MAC; data da aprovação da Produção do HUAV pela SMS Alfenas; valor da Produção do HUAV aprovada pela SMS Alfenas; número de Nota Fiscal emitida HUAV do valor produzido, respeitando o teto mensal; valor, data e dados bancários da transferência realizado pela SMS ao hospital; número do empenho do processo de pagamento, e diferença entre a produção apresentada/aprovada e produção prevista em Contrato (extrapolamento). A análise detalhada das tabelas e a íntegra do texto desta evidência estão no ANEXO 03 - EVIDÊNCIA CONSTATAÇÃO N°: 653508. Os dados apresentados nas Tabelas 07 e 08 revelam que a SMS de Alfenas recebeu regularmente os valores financeiros do FNS, referentes ao teto MAC e retém R\$ 1.002.116,44 (um milhão e dois mil, cento e dezesseis reais e quarenta e quatro centavos) de produção SIAH/SUS AC devido ao HUAV.”

Manifestação do auditado:

Ofício nº 345/2023

“Fundamentação:

Considerando os valores do componente pós-fixado de origem do Fundo Nacional de Saúde (FNS) supostamente não repassados ao Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), a Secretaria realizou levantamento junto aos setores responsáveis e têm-se:

SIA/SUS De Alta Complexidade

Foram pagas à nas competências especificadas na planilha abaixo, conforme documentação em anexo (anexo 5), com saldo remanescente a ser considerado na sessão CONSIDERAÇÕES FINAIS.

SIH/SUS De Alta Complexidade

Foram pagas uma competência referente a MAI/2022, na data de 30/11/2022, especificadas na planilha abaixo, conforme comprovante anexo (anexo 5), o saldo remanescente será considerado na sessão considerações finais. “

17 - **Constatação nº 653509** – A SMS de Alfenas retém valores do componente pós-fixado de origem do FNS, relativos à produção SIAH/SUS de Média Complexidade (MC) previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

A equipe de auditoria evidenciou que:

“Os Convênios nº 001/2013, nº 001/2020 e Termos Aditivos preveem o valor estimado para sua execução e especifica a programação orçamentária por componente e por tipo/subtipo de financiamento. Dentro do componente pós fixado de média complexidade, a programação orçamentária apresenta valores para a produção ambulatorial (SIA/SUS MC) e hospitalar (SIH/SUS MC). Descrevem que o valor do componente pós fixado "será repassado mensalmente do Fundo Municipal de saúde ao HOSPITAL, posteriormente, após produção, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira, de acordo com a produção mensal aprovada pela SMS, até o limite de transferência do FNS, respeitando, similarmente, o teto limite programado no Plano Operativo integrante". O hospital deve encaminhar à SMS, o arquivo constando produção hospitalar e ambulatorial, de MAC e a SMS deve processar a produção de todos os serviços sob gestão municipal, ambos mensalmente respeitando cronograma estabelecido. Por fim a SMS, Divisão de Regulação, Setor de Faturamento deve encaminhar memorando à Contabilidade, solicitando previsão orçamentária, de acordo com o valor encaminhado para gerar o pagamento ao Hospital. Foram elaboradas a Tabela 09 - SIA/SUS MÉDIA COMPLEXIDADE e a Tabela 10 - SIH/SUS MÉDIA COMPLEXIDADE onde estão detalhados, no período de jan/2019 a jun/2022, por competência: valor, data e dados bancários de transferências do FNS ao FMS de Alfenas do teto MAC; data da aprovação da Produção do HUAV pela SMS Alfenas; valor da Produção do HUAV aprovada pela SMS Alfenas; número de Nota Fiscal emitida HUAV do valor produzido, respeitando o teto mensal; valor, data e dados bancários da transferência realizado pela SMS ao hospital; número do empenho do processo de pagamento e diferença entre a produção apresentada/aprovada e produção prevista em Contrato (extrapolamento). A análise detalhada das tabelas e a íntegra do texto desta evidência estão ANEXO 04 - EVIDÊNCIA CONSTATAÇÃO N°: 653509. Os dados apresentados nas tabelas 09 e 10 revelam que a SMS de Alfenas recebeu regularmente os valores financeiros do FNS, referentes ao teto MAC e retém R\$ 20.649.863,56 (vinte milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos) de produção SIAH/SUS MC devido ao HUAV.”

Manifestação do auditado:

” Fundamentação:

Considerando os valores do componente pós-fixado de origem do Fundo Nacional de Saúde (FNS) supostamente não repassados ao Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), a Secretaria realizou levantamento junto aos setores responsáveis e têm-se:

SIA Média

No incentivo pós fixado SIA MEDIA a auditoria constatou um débito do Fundo Municipal de Saúde com a FETA no importe de R\$ 4.789.515,90 (quatro milhões setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e quinze reais e noventa centavos) porém o Fundo Municipal de Saúde realizou os pagamentos da ordem de R\$ 1.430.925,96 (um milhão quatrocentos e trinta mil, novecentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos) conforme planilha abaixo e documentos comprobatórios anexos (anexo 06).

SIH Média

Em virtude do disposto nas CONSIDERAÇÕES FINAIS deste documento, ainda não foram efetivados os repasses dos valores apontados pela auditoria no eixo SIH Média, sendo que a SMS requer a compensação dos valores não repassados com o crédito apontado pelo Processo Administrativo (anexo 2 – folhas 94;95;96) referente ao Incentivo de Adesão a Contratualização (IAC), a saber o montante de **R\$17.235.627,67**. “

18 - **Constatação nº 653510** - A SMS de Alfenas retém valores do componente pós-fixado de origem do FNS, financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) previstos no Convênio 001/2013, Convênio 001/2020 e Termos Aditivos devidos ao HUAV, no período de janeiro de 2019 a junho 2022.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Os Convênios nº 001/2013, nº 001/2020 e Termos Aditivos preveem o valor estimado para sua execução e especifica a programação orçamentária por componente e por tipo/subtipo de financiamento. Dentro do componente pós fixado financiados pelo FAEC há programação orçamentária para a produção ambulatorial (SIA/SUS FAEC) no teto mensal 104.564,43 até nov/2020 e 243.724,30 a partir da assinatura do Termo de Convênio 01/2020 em 26/11/2020. Para a produção hospitalar (SIH/SUS FAEC) há programação para teto mensal de 15.743,90 até nov/2020 e 12.365,07 mais 159.927,65 para procedimentos principais de Implante Coclear a partir da assinatura do Termo de Convênio 01/2020 em 26/11/2020. Os termos de convênio do período de jan 2019 a junho de 2019 preveem o teto mensal de 212.988,85 para a produção em Próteses Auditivas FAEC e 214.749,56 para teto municipal rede viver sem limites CER III. Os mesmos Convênios e Termos aditivos descrevem o fluxo de apresentação processamento, aprovação e pagamentos da produção do componente pós fixado financiados pelo FAEC. Foram elaboradas a Tabela 11 - FAEC Nefrologia, a Tabela 12 - FAEC OPM Auditiva, a Tabela 13 - FAEC Cadeiras de Rodas CER III e a Tabela 14 - FAEC Transplante de Órgãos onde estão detalhados, no período de jan/2019 a jun/2022, por competência: valor, data e dados bancários de transferências do FNS ao FMS de Alfenas do teto MAC; data e valor da aprovação da Produção do HUAV pela SMS Alfenas; número de Nota Fiscal emitida HUAV do valor produzido (respeitando o teto mensal); valor, data e dados bancários da transferência realizado pela SMS ao hospital; número do empenho do processo de pagamento e diferença entre a produção apresentada/aprovada e produção prevista em Contrato (extrapolamento). A análise detalhada das tabelas e a íntegra do texto desta evidência estão no ANEXO 05 - EVIDÊNCIA CONSTATAÇÃO Nº: 653510. Os dados apresentados nas tabelas de 11 a 14 revelam que a SMS de Alfenas recebeu regularmente os valores financeiros do FNS, referentes à produção financiada pelo FAEC e retém R\$ 1.082.724,42 (um milhão, oitenta e dois mil, setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos) devidos ao HUAV.”

Manifestação do auditado:

“Fundamentação:

Considerando os valores do componente pós-fixado de origem do Fundo Nacional de Saúde (FNS) supostamente não repassados ao Hospital Universitário Alzira Velano (HUAV), a Secretaria realizou levantamento junto aos setores responsáveis e têm-se:

Nefrologia

Em virtude dos motivos elencados nas CONSIDERAÇÕES FINAIS deste documento, ainda não foram efetivados os pagamentos apontados pela auditoria, porém a SMS requer a compensação com crédito apontado do IAC no processo Administrativo já descrito em anexo, a saber folhas 94;95;96 do Anexo 2.

OPME Auditiva

Foi realizado o pagamento de uma parcela, conforme demonstrativo abaixo e comprovante anexo (anexo 7), o saldo remanescente contará da sessão CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Cadeira de rodas

No tocante ao componente pós -fixado, a auditoria identificou repasses não realizados para as competências de ABR E MAI/2022, enquanto o FMS realizou os repasses conforme planilha abaixo perfazendo o total de R\$ 456.650,88 (quatrocentos e cinquenta e seis mil seiscientos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos) nas datas abaixo descritas e conforme comprovantes anexos (anexo 7).

Transplante

O componente transplante de órgãos, a auditoria identificou repasses não realizados para as competências ABR, MAI E JUN/2022, porém foram realizados os pagamentos, conforme planilha abaixo com documentos comprobatórios em anexo (anexo 7).”

Da legislação que rege o tema

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 6, de 28 de setembro de 2017 que contém as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
(...)

Seção IV

Do Prazo para o Pagamento dos Incentivos Financeiros aos Estabelecimentos de Saúde que Prestam Serviços de Forma Complementar ao SUS

Art. 303. Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do fundo estadual/distrital/municipal de saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS. (Origem: PRT MS/GM 2617/2013, Art. 1º)

- Portaria de consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017 que contém as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS:
(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

Art. 17. O valor pré-fixado será composto: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17)

I - pela série histórica de produção aprovada da média mensal dos 12 (doze) meses anteriores à celebração do contrato da média complexidade; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, I)

II - por todos os incentivos de fonte federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, com detalhamento de tipo e valor, vinculados ao alcance das metas qualiquantitativas. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, II)

§ 1º Integram o componente pré-fixado dos instrumentos formais de contratualização os seguintes incentivos financeiros: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º)

I - ~~Incentivo à Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH)~~ Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC) (Redação dada pela PRT GM/MS nº 2.925 de 01.11.2017); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, I)

II - Incentivo de custeio das Redes Temáticas de Atenção à Saúde; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, II)

III - Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, III)

IV - recursos do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, IV)

V - valores referentes ao Fator de Incentivo ao Ensino e Pesquisa (FIDEPS), extinto pela Portaria nº 1.082/GM/MS, de 2005; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, V)

VI - Incentivo de Integração ao SUS (Integrasus); (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, VI)

VII - outros recursos pré-fixados de fonte estadual ou municipal; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, VII)

VIII - outros recursos financeiros pré-fixados que venham a ser instituídos. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 1º, VIII)

§ 2º O IGH está regulamentado no Anexo 2-B; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 17, § 2º)

(...)

Art. 18. A parte pós-fixada será composta pelo valor de remuneração dos serviços de Alta Complexidade e do FAEC, calculados a partir de uma estimativa das metas físicas, remunerados de acordo com a produção autorizada pelo gestor contratante. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 18)

(...)

Art. 28. O repasse dos recursos financeiros pelos entes federativos aos hospitais contratualizados será realizado de maneira regular, conforme estabelecido nos atos normativos específicos e no instrumento de contratualização, e condicionado ao cumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas no Documento Descritivo. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28)

§ 1º O valor pré-fixado dos recursos de que trata o "caput" serão repassados mensalmente, distribuídos da seguinte forma: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 28, § 1º) (...)

Art. 31. Os incentivos de fonte federal serão repassados de forma regular aos hospitais, de acordo com normas específicas de cada incentivo, previstas no instrumento formal de contratualização. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 31)

§ 1º A variação ou suspensão dos valores dos repasses dos incentivos federais deverão constar em cláusula contratual de acordo com percentuais estabelecidos no art. 28, § 1º. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 31, § 1º)

- Portaria MS/GM nº 23, de 6 de janeiro de 2006 que estabelece recursos a serem disponibilizados ao Estado de Minas Gerais e ao Município de Alfenas (MG), habilitados em Gestão Plena do Sistema:

Art. 1º Estabelecer recursos, no montante de R\$ 1.117.734,48 (um milhão, cento e dezessete mil setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), a serem disponibilizados ao Estado de Minas Gerais e ao Município de Alfenas (MG), habilitados em Gestão Plena do Sistema, conforme abaixo descrito:

I - R\$ 955.944,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil novecentos e quarenta e quatro reais), correspondentes ao Incentivo da Contratualização; e

II - R\$ 161.790,48 (cento e sessenta e um mil, setecentos e noventa reais e quarenta e oito centavos), correspondentes ao Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde (INTEGRASUS), que serão remanejados do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC para o teto financeiro de média e alta complexidade do Município de Alfenas e passam a compor o montante de recursos destinados à implantação do programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino, em conformidade com o art. 6º da Portaria GM/MS Nº 1.702, de 17 de agosto de 2004.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio e à manutenção do Hospital Universitário Alzira Velano - CNPJ 17.878.554/0001-99, CNES 2171988.

- Portaria nº 3.010, de 10 de dezembro de 2013 que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R\$ 150.900.000,00 (cento e cinquenta milhões, novecentos mil reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, conforme o anexo a esta Portaria.

(...)

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Viver sem Limites, dos Estados e Municípios (Plano Orçamentário 0006).

Anexo

Centros Especializados em Reabilitação – CER

UF	Município	IBGE	CNES	CNPJ	estabelecimento	Código de habilitação	Tipo	modalidade	Tipo de gestão	Valor anual
MG	Alfenas	310012	2171988	17.878.554/0001-99	Hosp. Universitário	22.0822.10	CER II	Auditiva e física	Municipal	1.680.000,00

- Portaria MS/GM nº 3.010, de 10 de dezembro de 2013 que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Município:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R\$ 150.900.000,00 (cento e cinquenta milhões, novecentos mil reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, conforme o anexo a esta Portaria.

(...)

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Viver sem Limites, dos Estados e Municípios (Plano Orçamentário 0006).

Anexo

Centros Especializados em Reabilitação – CER

UF	Município	IBGE	CNES	CNPJ	estabelecimento	Código de habilitação	Tipo	modalidade	Tipo de gestão	Valor anual
MG	Alfenas	310012	2171988	17.878.554/0001-99	Hosp. Universitário Alzira Velano	22.0822.10	CER II	Auditiva e física	Municipal	1.680.000,00

Assim sendo, ante ao exposto nossa opinião com relação aos itens acima é no seguinte sentido:

14 - Constatação nº 653506

Conforme transcrito a equipe de auditoria evidenciou que no período de janeiro/2019 a junho/2022, a SMS de Alfenas recebeu recursos financeiros do FNS componentes pré-fixados e não repassou ao HUAV.

O auditado informou que os pagamentos referentes aos incentivos pré-fixados tiveram a interrupção do repasse devido a não apresentação por parte do HUAV do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde, conforme previsão no Termo de Convênio 001/2020 (cláusula sexta). Acrescentou que o HUAV deveria ressarcir a SMS dos valores recebidos indevidamente até a identificação da não apresentação do certificado CEBAS.

Apesar da previsão no Termo de Convênio com relação ao certificado CEBAS, a equipe considerou que a SMS não comunicou ao HUAV que o incentivo IAC seria descontinuado.

Nesse sentido, a equipe de auditoria, considerou, para critério de aplicação da medida corretiva referente ao IAC, o fato de que apesar de não ter sido comprovada a regularização do CEBAS pelo HUAV, a SMS não apresentou documentação comprobatória de que a partir de 26 de maio de 2021 estaria executando a cláusula que permitia suprimir o valor do incentivo.

De acordo com a documentação apresentada, em sede de recurso administrativo, só em 16 de janeiro de 2023 foi determinada instauração de procedimento administrativo para apurar possíveis irregularidades relativas a não apresentação do CEBAS por parte do prestador, com notificação ao HUAV datada de 30 de janeiro de 2023.

Foi anexada a seguinte documentação:

Anexo 3 (do recurso administrativo)

- Nota de subempenho INTEGRASUS; autorização para pagamento do IAC = 11/2021 = R\$ 473.566,43; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 5/9/22 no valor de R\$ 2.144.375,21; relação de empenhos pagos em 5/9/2022;
- Nota de subempenho INTEGRASUS; autorização para pagamento do IAC = 12/2021 = R\$ 473.566,43; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 5/9/2022 (mesmo do item anterior); relação de empenhos pagos em 5/9/2022;
- Nota de subempenho INTEGRASUS; autorização para pagamento do IAC = 4/2022 = R\$ 473.566,43; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 5/9/2022 (mesmo do item anterior); relação de empenhos pagos em 5/9/2022;
- Nota de subempenho Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos; autorização para pagamento do INTEGRASUS = 5/2022 = R\$ 13.482,54; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 6/10/2022 no valor de R\$ 1.420.684,30; relação de empenhos pagos em 6/10/2022;
- Nota de subempenho Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos; autorização para pagamento do INTEGRASUS = 6/2022 = R\$ 13.482,54; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 6/10/2022 no valor de R\$ 1.420.684,30 (mesmo do item anterior); relação de empenhos pagos em 6/10/2022;
- Nota de subempenho Programa Rede Cegonha; autorização para pagamento Rede Cegonha = maio/2022 = R\$ 69.833,99; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 6/10/2022 no valor de R\$ 1.420.684,30 (mesmo do item anterior); relação de empenhos pagos em 6/10/2022;
- Nota de subempenho Programa Rede Cegonha; autorização para pagamento Rede Cegonha = junho/2022 = R\$ 69.833,99; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 6/10/2022 no valor de R\$ 1.420.684,30 (mesmo do item anterior); relação de empenhos pagos em 6/10/2022;
- Nota de subempenho Rede de Urgência/ Emergência; autorização para pagamento Rede de Urgência/ Emergência = junho/2022 = R\$ 370.360,32; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 5/5/2023 no valor de R\$ 863.001,57; relação de empenhos pagos em

5/5/2023;

- Nota de subempenho Rede de Urgência/ Emergência; autorização para pagamento Rede de Urgência/ Emergência = março/2022 = R\$ 370.360,32; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 3/8/2022 no valor de R\$ 1.666.494,58; relação de empenhos pagos em 3/8/2022;

- Nota de subempenho Rede de Urgência/ Emergência; autorização para pagamento Rede de Urgência/ Emergência = abril/2022 = R\$ 370.360,32; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 5/9/2022 no valor de R\$ 2.144.375,21; relação de empenhos pagos em 5/9/2022;

- Nota de subempenho Rede de Urgência/ Emergência; autorização para pagamento Rede de Urgência/ Emergência = maio/2022 = R\$ 370.360,32; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 6/10/2022 no valor de R\$ 1.420.684,30; relação de empenhos pagos em 6/10/2022;

Conforme a documentação em questão, foram feitos os seguintes pagamentos:

- IAC no montante de R\$ 1.420.699,29 (um milhão, quatrocentos e vinte mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos).

- INTEGRASUS no montante de R\$ 26.965,08 (vinte e seis mil, novecentos e sessenta e cinco reais e oito centavos).

- Rede Cegonha no montante de 139.667,98 (cento e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos).

- RAU no montante de 1.481.441,28 (um milhão, quatrocentos e oitenta e um mil quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos).

Assim sendo, ficou evidenciado, que do valor referente ao IAC, apontado como retido (R\$ 5.682.797,16), foram feitos pagamentos que totalizaram R\$ 1.420.699,29 (um milhão, quatrocentos e vinte mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos).

Não identificamos, ainda, na documentação apresentada pelo recorrente o valor de R\$ 517.083,32 (Quinhentos e dezessete mil, oitenta e três reais e trinta e dois centavos referente ao RAU).

Ante ao exposto, e tendo por base o que dispõe a normativa do Ministério da Saúde, nossa opinião é no sentido de que, por tratar-se de um recurso de origem Federal, que teve como beneficiários específicos os prestadores dos respectivos serviços, eventual desenquadramento aos critérios de elegibilidade deveria ser comunicado de imediato ao órgão repassador dos recursos (MS), para fins de suspensão de repasse. Nesse sentido, nossa opinião é no sentido de que a medida corretiva, aplicada pela equipe de auditoria deverá ser mantida, referente à diferença entre o valor total retido e o que foi identificado como pago.

15 - Constatação nº 653507

Foi apresentada a seguinte documentação:

Anexo 4 (do recurso administrativo)

- Nota de subempenho CER III FAEC; autorização para pagamento CER III = abril/2022 = R\$ 214.479,56; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 5/9/2022 no valor de R\$ 2.144.375,21; relação de empenhos pagos em 5/9/2022;

- Nota de subempenho CER III FAEC; autorização para pagamento CER III = maio/2022 = R\$ 214.479,56; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 18/11/2022 no valor de R\$ 481.118,70; relação de empenhos pagos em 18/11/2022;

- Nota de subempenho CER III FAEC; autorização para pagamento CER III = junho/2022 = R\$ 214.479,56; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 18/11/2022 no valor de R\$ 481.118,70; relação de empenhos pagos em 18/11/2022.”

A documentação apresentada aponta que o valor foi devolvido. Assim sendo, consideramos que a irregularidade foi corrigida.

16 - Constatação nº 653508

A equipe de auditoria verificou que a SMS de Alfenas recebeu regularmente os valores financeiros do FNS, referentes ao teto MAC e reteve valores de produção SIAH/SUS devido ao HUAV, mesmo após aprovação da produção apresentada, conforme previsão no Termo de Convênio.

Foi apresentada a seguinte documentação:

- Nota de subempenho 237 referente ao SIA/SUS na competência 3/2022; autorização para pagamento MAC SIA/SUS = R\$ 82.762,28; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 6/10/2022 no valor de R\$ 167.304,34; relação de empenhos pagos em 6/10/2022;

- Nota de subempenho 237 referente ao SIA/SUS na competência 4/2022; autorização para pagamento MAC SIA/SUS = R\$ 67.266,43; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 6/10/2022 no valor de R\$ 167.304,34; relação de empenhos pagos em 6/10/2022;

- Nota de subempenho 2188 referente ao SIA/SUS na competência 6/2022; autorização para pagamento MAC SIA/SUS = R\$ 66.231,00; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 30/11/2022 no valor de R\$ 1.701.671,86; relação de empenhos pagos em 30/11/2022;

- Nota de subempenho 1747 referente ao SIH/SUS na competência 5/2022; autorização para pagamento MAC SIH/SUS = R\$ 105.176,86; Nota fiscal eletrônica; comprovante bancário de 30/11/2022 no valor de R\$ 1.701.671,86; relação de empenhos pagos em 6/10/2022.

A documentação apresentada, aponta pagamentos na ordem de:

SIA/SUS - R\$ 82.762,28 (oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos) – R\$ 67.266,47 (sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e sete centavos) - R\$ 66.238,00 (sessenta e seis mil, duzentos e trinta e oito reais).

SIH/SUS – R\$ 105.176, 46 (cento e cinco mil, cento e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

Nas considerações finais o recorrente alega restrições orçamentárias, as quais se agravaram com a não transferência de diversos recursos por parte do Estado de Minas Gerais. Ressalta ainda, a necessidade de inserção, dos valores referentes ao IAC, supostamente pagos indevidamente, ao Fundo Municipal de Saúde.

Nesse sentido, importante repetir as observações feitas quando da análise da constatação **653506**, cuja opinião foi no sentido de que o IAC trata-se de um recurso de origem Federal, que teve como beneficiários específicos os prestadores dos respectivos serviços.

Assim sendo, tratativas referentes à “ possíveis” retenções de valores devidos ao HUAV, a serem compensados pelos créditos (IAC) junto ao prestador, deverão ser feitas junto ao órgão repassador dos recursos (MS).

Ante ao exposto, nossa opinião é no sentido de que a medida corretiva, aplicada pela equipe de auditoria deverá ser mantida, referente à diferença entre o valor total retido (SIAH/SUS) e o que foi identificado como pago.

17 - Constatação nº 653509

De acordo com a documentação anexada pelo recorrente (anexo 6 do recurso administrativo), foi apurado o pagamento correspondente a R\$ 1.430.925,96 (um milhão quatrocentos e trinta mil, novecentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos), do total apontado como retido R\$ 4.789.515,90 (quatro milhões setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e quinze reais e noventa centavos) referente ao SIA/SUS Média. Quanto ao SIH o recorrente solicita compensação do valor teoricamente pago indevidamente referente ao Incentivo de Adesão a Contratualização (IAC).

Nesse sentido, importante repetir as observações feitas quando da análise da constatação **653506**, cuja opinião foi no sentido de que o IAC é um recurso de origem Federal, que teve como beneficiários específicos os prestadores dos respectivos serviços.

Assim sendo, tratativas referentes à “ possíveis” retenções de valores devidos ao HUAV, a serem compensados pelos créditos (IAC) junto prestador, deverão ser feitas junto ao órgão repassador dos recursos (MS).

Ante ao exposto, nossa opinião é no sentido de que a medida corretiva, aplicada pela equipe de auditoria deverá ser mantida, referente à diferença entre o pago pelo SMS e o apurado pela auditoria como retido, no que se refere ao SIA/SUS. Com relação ao SIH/SUS, deverá ser mantida a medida corretiva referente à totalidade do valor retido.

18 - Constatação nº 653510

Constata-se da documentação apresentada pelo recorrente (anexo 7 do recurso administrativo):

- OPME Auditiva - foi realizado o pagamento de uma parcela no valor de R\$ 3.121,87 (três mil, cento e vinte e um reais e oitenta e sete centavos).

- Cadeira de rodas - foram feitos pagamentos nos valores de R\$ 320.329,20 (trezentos e vinte mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte centavos) e R\$ 136.321,68 (cento e trinta e seis mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos). Assim sendo, ficou constatada uma diferença de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais) a ser repassada.

- Transplante - houve o repassa do valor integral conforme notas de empenho apresentadas pelo recorrente.

No tocante aos valores relativos aos procedimentos de nefrologia não foram feitos os pagamentos, sendo feita solicitação, por parte do recorrente de compensação relativa a possíveis créditos IAC.

Dessa forma, pelos motivos já expostos, deverá ficar mantida a medida corretiva, no que se refere ao total retido (Nefrologia), bem como da diferença apurada entre o pago e retido com relação a OPME e Cadeiras de Rodas.

19 - **Constatação nº 653513** – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos de origem Estadual, relativo à Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas e destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Alfenas recebeu, por intermédio de Termos de Compromissos firmados com a SES/MG, recursos para custeio das ações e serviços dentro da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas, elencados no anexo deste relatório, na tabela 15, os quais destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano. Por meio da análise da relação de pagamentos efetuados pelo FES/MG ao FMS/Alfenas (BO), foram identificados os repasses dos recursos realizados entre os anos de 2021 e 2022 e destinados ao referido prestador. Analisando os processos de pagamentos do FMS em favor do HUAV, relatórios extrato do credor - Fundação de Ensino e Tecnologias de Alfenas - FETA (Hospital Universitário Alzira Velano), os empenhos emitidos liquidados, pagos e não pagos, os extratos das contas correntes, aplicações e o razões, dos anos de 2021 a junho a 2022, foram identificados recursos retidos no FMS/Alfenas, destinados ao HUAV, relativo à Resolução SES/MG nº 8007/2022 no valor original total de R\$ 1.544.706,12, , conforme detalhado no anexo deste relatório, na tabela 15, referente ao 2º quadrimestre de 2022. Esclarece-se que conforme extrato da conta

aplicação da CC nº 66657-2, agência 168-6, do Banco do Brasil, em 29/07/2022 o saldo era de R\$ 844.449,07 (oitocentos e quarente e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sete centavos). Sendo assim, o não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas em 13/05/2022, destinados ao HUAV, relativo à Resolução SES/MG nº 8007/2022, até o 5º dia útil após o recebimento.”

Manifestação do auditado:

“Fundamentação:

Os valores apontados como não pagos foram devidamente quitados na data apontada na planilha abaixo, conforme comprovante em anexo (anexo 8).”

O Termo de Compromisso, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e o município de Alfenas, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, para repasse dos recursos financeiros em questão estabeleceu:

(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I – AO MUNICÍPIO/SMS:

(...)

c - repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAFI e instauração de Tomada de Conta Especial; (...)

O Auditado encaminhou comprovante de depósito bancário realizado (anexo 8, do recurso administrativo). Assim sendo, consideramos que a irregularidade foi corrigida.

20 - **Constatação nº 653514** – A Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas retém valores dos recursos de origem Estadual, relativos à Rede da Pessoa Com Deficiência, entre os anos de 2019 a outubro de 2021 destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Alfenas recebeu, por intermédio dos Termos de Compromissos nºs 16/2018 e 16/2021, firmados com a SES/MG, recursos para execução de ações, serviços e atividades de Triagem Auditiva Neonatal, elencados no anexo deste relatório, na tabela 16, os quais destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano. Por meio da análise da relação de pagamentos efetuados pelo FES/MG ao FMS/Alfenas (BO), foram identificados os repasses dos recursos realizados entre os anos de 2019 a 2021 e destinados ao referido prestador. Analisando os processos de pagamentos do FMS em favor do HUAV, relatórios extrato do credor - Fundação de Ensino e Tecnologias de Alfenas - FETA (Hospital Universitário Alzira Velano), os empenhos emitidos liquidados, pagos e não pagos, os extratos da conta corrente e aplicação nº 100042-7, agência 0095, da CEF e o razões, dos anos de 2019 à junho a 2022, foram identificados recursos retidos no FMS/Alfenas, destinados ao HUAV, relativos às Resoluções SES/MG nº 6641/2019 (valor original de R\$ 44.177,02), 7025/2020 (Valor original de R\$ 21.420,00), 7406/2021 (Valor original de R\$ 32.400,00) e 8018/2022 (Valor original de R\$ 31.360,00) no valor total de R\$ 129.357,02 (cento e vinte e nove mil, trezentos e cinquenta e sete mil e dois centavos), conforme detalhado no anexo deste relatório, na tabela 16. Foi identificado somente 1 (um) empenho, de número 143/2/2019. Não foram apresentados empenhos para os demais recursos. Esclarece-se que conforme extrato da conta aplicação da CC nº 100042-7, agência 0095 da Caixa Econômica Federal, em 29/07/2022 o saldo era de R\$ 171.019,86 (cento e setenta e um mil, dezenove reais e oitenta e seis centavos). Sendo assim, o não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas e destinados ao HUAV, relativo às Resoluções SES/MG nºs 6641/2019, 7025/2020 e 7406/2021, do serviço de Triagem Auditiva Neonatal, até o 5º dia útil após o recebimento, está em desacordo com o Termo de Compromisso nº 16/2018, cláusula segunda - das obrigações, item I, letra “I.1”. O não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas destinados ao HUAV relativo à Resolução SES/MG nº 8018/2022, do serviço de Triagem Auditiva Neonatal, até o 5º dia útil após o recebimento.”

Manifestação do auditado:

“Em virtude dos motivos elencados nas CONSIDERAÇÕES FINAIS deste documento, ainda não foram efetivados os pagamentos dos valores referentes a Rede da Pessoa com Deficiência. Porém, considerando o disposto no Processo Administrativo em anexo (anexo 2), a SMS requer a compensação com crédito apontado do IAC. “

O Termo de Compromisso nº 16/2021 celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde/Fundo Estadual de Saúde, e o município de Alfenas, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, contém a seguinte cláusula:

(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I – AO MUNICÍPIO/SMS:

a - repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela SES/MG até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de instauração de Tomada de Conta Especial e bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF. (...)

Conforme apontou o recorrente não efetivou o pagamento dos valores referentes à Rede da Pessoa com Deficiência e requereu que fosse compensado com o crédito relativo ao pagamento teoricamente feito de forma indevida relativo ao IAC.

De acordo com opinião já exposta no presente parecer, tratativas referentes às “possíveis” retenções de valores devidos ao HUAV, a serem compensados pelos créditos (IAC), deverão ser feitas junto ao órgão repassador dos recursos (MS). Situação em que nossa

opinião é pela manutenção da medida corretiva imposta pela equipe de auditoria.

21 - Constatação nº 653515 – A Secretaria Municipal de (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos de origem Estadual, relativos à OPME de Alta Complexidade em Cardiologia, no ano de 2022, destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Alfenas recebeu, por intermédio do Termo de Compromisso nº 16/7775, firmados com a SES/MG, recursos execução dos procedimentos cirúrgicos com utilização de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) de Alta Complexidade Cardiovascular, elencados no anexo deste relatório, na tabela 17, os quais destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano. Por meio da análise da relação de pagamentos efetuados pelo FES/MG ao FMS/Alfenas (BO), foram identificados os repasses dos recursos realizados entre os anos de 2021 e 2022 e destinados ao referido prestador. Analisando os processos de pagamentos do FMS em favor do HUAV, relatórios extrato do credor - Fundação de Ensino e Tecnologias de Alfenas - FETA (Hospital Universitário Alzira Velano), os empenhos emitidos liquidados, pagos e não pagos, os extratos da conta corrente e aplicação nº 66607-6, agência 168-6, do Banco do Brasil, e o razões, dos anos de 2021 à junho a 2022, foram identificados recursos retidos no FMS/Alfenas, destinados ao HUAV, relativos à Resolução SES/MG nº 7775/2021, no valor original total de R\$ 479,88, conforme detalhado no anexo deste relatório, na tabela 17. Esclarece-se que conforme extrato da conta aplicação da CC nº 66607-6, agência 168-6, do Banco do Brasil, em 29/07/2022 o saldo era de R\$ 487,76 (quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos). Sendo assim, o não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas e destinados ao HUAV, relativo à Resoluções SES/MG nº 7775/2021 (2º quadrimestre 2022), até o 5º dia útil após o recebimento.”

Manifestação do auditado:

“Fundamentação:

Os valores apontados como não pagos foram devidamente quitados na data apontada na planilha abaixo, conforme comprovante em anexo (anexo 9).”

São as disposições do Termo de Compromisso nº 16/7775 – SES/SMS:

(...)

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I- AO MUNICÍPIO/SMS:

a. a) repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos do Programa transferidos pela SES-MG, até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de instauração de Tomada de Conta Especial e bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF; (...)

O Auditado anexou (anexo 9 – do recurso administrativo) nota de empenho 1960, competência 6/2022, comprovante bancário (23/8/2022) e nota fiscal no valor identificado pela auditoria – R\$ 479,88, comprovante bancário = R\$ 959,76, relação de pagamentos em 7/10/2022. Assim sendo, consideramos que a irregularidade em questão foi corrigida.

22 - Constatação nº 653516 – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos de origem Estadual, relativos à assistência odontológica em ambiente hospitalar, entre os anos de 2019 à outubro de 2021 destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Alfenas recebeu, por intermédio dos Termos de Compromissos nºs 16/5180, 16/5181, 16/6838, 16/6902 e 16/7723-7788/2021, firmados com a SES/MG, recursos para custeio da assistência odontológica em ambiente hospitalar, abrangendo o Programa Pró-sorriso, a assistência odontologia com uso de anestesia geral ou sedação em ambiente hospitalar, a assistência odontológica de média e alta complexidade, serviços de assistência à deformidade crânio facial e o apoio e fortalecimento da atenção especializada elencados no anexo deste relatório, na tabela 18, os quais destinados ao Hospital Universitário Alzira Velano. Por meio da análise da relação de pagamentos efetuados pelo FES/MG ao FMS/Alfenas (BO), foram identificados os repasses dos recursos realizados entre os anos de 2018 a 2021 e destinados ao referido prestador. Analisando os processos de pagamentos do FMS em favor do HUAV, relatórios extrato do credor - Fundação de Ensino e Tecnologias de Alfenas - FETA (Hospital Universitário Alzira Velano), os empenhos emitidos liquidados, pagos e não pagos, os extratos das contas correntes e aplicações nº 49394-5 e 45319-6, agência 168-6, do Banco do Brasil, os razões, dos anos de 2019 à junho a 2022 e as informações contidas no Memorando. SES/SUBPAS-SRAS-DATE-CSB nº 336/2022, foram identificados recursos retidos no FMS/Alfenas, relativos às Resoluções SES/MG nºs 7391/2021 (R\$ 973.678,96), conforme detalhado no anexo deste relatório, na tabela 18, destinados ao HUAV. Para os recursos relativos ao TC nºs 16/6838 relativo a 2021, recebidos em 03/12/2021, no montante de R\$ 266.542,83 (duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos) não foram identificados empenhos destes valores em nome do HUAV. Esclarece-se que constam os seguintes saldos nas contas aplicações: - CC nº 49394-5, agência 168-6, do Banco do Brasil, em 29/07/2022, o saldo era de R\$ 20.298,15 (vinte mil, duzentos e noventa e oito reais e quinze centavos). - CC nº 45319-6, agência 168-6, do Banco do Brasil, em 29/07/2022, o saldo era de R\$ 391.328,56 (trezentos e noventa e um mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos). Portanto o não repasse dos recursos recebidos pelo FMS/Alfenas ao HUAV, relativo às Resoluções SES/MG nºs 7391/2021 até o 5º dia útil após o recebimento.”

Manifestação do auditado:

“Fundamentação:

Os valores apontados como não pagos foram devidamente quitados nas datas apontadas na planilha abaixo, conforme comprovante em anexo (anexo 10).”

Dos instrumentos celebrados entre a SES e o SMS:

- Termo de Compromisso nº 16/6838:
(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I - AO MUNICÍPIO/SMS:

a - repassar à (s) **ENTIDADE (S) BENEFICIADA (S)** os recursos da ação /projeto/programa de saúde transferidos pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF e, em última instância, instauração de processo de Tomada de Contas Especial, nos termos do Regulamento;

- Termo de Compromisso nº 16/6902:
(...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

I - AO MUNICÍPIO/SMS:

a - repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos do Programa transferidos pela SES – MG, até o 5º dia útil, após o recebimento, sob pena de instauração de Tomada de Conta Especial e bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF;

O Auditado anexou (anexo 10 – do recurso administrativo) notas de empenho, notas fiscais, comprovantes de depósitos bancários do valor total retido de R\$ 973.678,96 (novecentos e setenta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos). Assim sendo, consideramos que a irregularidade foi corrigida.

23 - Constatação nº 653517 – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos de origem federal, relativo ao extrapolamento da produção hospitalar apurados no encontro de contas da média complexidade hospitalar da produção, devidos ao HUAV dos anos de 2019 e 2020.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em virtude da limitação do espaço neste campo no sistema SISAUD, o texto da evidência consta no Anexo 07. Sendo assim, diante da análise descrita no Anexo 07 deste relatório, conclui-se que a SMS de Alfenas retém valores dos recursos de origem federal, relativo ao extrapolamento da produção hospitalar apurados no encontro de contas da média complexidade hospitalar da produção, devidos ao HUAV dos anos de 2019 e 2020.”

Manifestação do auditado:

“Fundamentação:

*Os valores apontados pela equipe de auditoria não foram debitados em sua integralidade no Fundo Municipal de Saúde, uma vez que os pagamentos referentes a extrapolamento são objeto de repasse do Fundo Estadual de Saúde através dos seus instrumentos normativos, seja encontro de contas, câmara de compensação, deliberações etc. Salienta-se que o mesmo não vem cumprindo com suas obrigações conforme documentação do **Anexo 13**.*

Dessa forma ainda que o FMS tenha recebido a importância de R\$ 946.947,96 em decorrência da Deliberação 3237/2020 que realizou encontro de contas de Média Complexidade Hospitalar para o período de janeiro a dezembro de 2019, o valor é devido a proporcionalidade do extrapolamento apresentado, uma vez que o encontro de contas é referente ao extrapolamento de todos os prestadores, não somente ao HUAV.

De outro lado, referente aos recursos que ainda não foram debitados no Fundo Municipal de Saúde, a saber da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.421, de 19 de maio de 2021, na importância de R\$ 1.038.901,74, não há que se agregar esse valor integral a instituição, uma vez que a análise da proporcionalidade será levada em conta no ato de pagamento do extrapolamento, ainda sem previsão pelo FES/MG. “

24 - Constatação nº 653518 – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas retém valores dos recursos de origem federal, relativo ao extrapolamento da produção hospitalar do SIA de média e alta complexidade e do SIH de alta complexidade, devidos ao HUAV dos anos de 2019 e 2020.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Analisando os processos de pagamentos do FMS em favor do HUAV, relatórios extrato do credor - Fundação de Ensino e Tecnologias de Alfenas - FETA (Hospital Universitário Alzira Velano), os empenhos emitidos liquidados, pagos e não pagos, os extratos das contas correntes e aplicações nº 624031-0, agência 95, da Caixa Econômica Federal e o razões, dos anos de 2019 à junho a 2022, foram identificados recursos retidos no FMS/Alfenas e devidos ao HUAV, no valor total de R\$ 1.016.144,00 (um milhão, dezesseis mil e cento e quarenta e quatro reais), conforme detalhado no anexo deste relatório, na tabela 20. Para fins de apuração do extrapolamento da produção, considerou-se os valores apresentados em cada competência na alta complexidade ambulatorial e hospitalar e média complexidade ambulatorial, conforme relatórios do SIHD2 dos valores aprovados por complexidade e financiamento, e abateu-se o valor pactuado nos Termos de Convênios n.º 001/2013 e 001/2020, chegando-se ao valor devido em virtude do extrapolamento da alta complexidade hospitalar e média complexidade ambulatorial, conforme detalhado no anexo deste relatório na tabela 20. Em consulta

ao site do FNS, verificou-se que as transferências dos recursos de custeio foram realizadas ao FMS de Alfenas regularmente, atendendo aos parâmetros pactuados na PPI assistencial. Nos processos de despesas já liquidados dos empenhos listados no anexo deste relatório, na tabela 20, constam documentos do setor de faturamento do SIA, SIH e CIHA, assinados pelo responsável do setor e pela secretária, sobre os valores apurados, por competência e tipo de recurso, em virtude do extrapolamento da produção de média complexidade. Em virtude da ausência de previsão contratual quanto ao pagamento do extrapolamento, seguiu-se o definido para apuração dos valores do componente pós-fixado com a respectiva regra prevista para pagamento do valor ao prestador, ou seja, o componente pós fixado "será repassado mensalmente do Fundo Municipal de saúde ao HOSPITAL, posteriormente, após produção, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira, de acordo com a produção mensal aprovada pela SMS, até o limite de transferência do FNS, respeitando, similarmente, o teto limite programado no Plano Operativo integrante". Portanto, pelos registros da produção realizada pelo HUAV no SIHD2 e considerando que as despesas já foram liquidadas pela SMS de Alfenas, verificou-se que o FMS retém valores referentes ao extrapolamento da produção alta complexidade hospitalar e média complexidade ambulatorial devidos ao HUAV."

Manifestação do auditado:

"Fundamentação:

A justificativa da não conformidade em questão refere-se ao já exposto na resposta referente a Constatação N° 653517, cujas informações complementares se encontram anexo. "

Dos instrumentos celebrados entre o SMS e o HUAV:

- Quarto Termo Aditivo ao Convênio para realização de serviços, ações e atividades de saúde nº 001/2023:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Valor anual estimado para a execução do presente Convênio importa em R\$ 32.012.774,20 (trinta e dois milhões, doze mil, setecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), conforme abaixo especificado no Quadro 1: (...)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor do componente pós-fixado, extraído da média mensal da série histórica de produção apresentada que corresponde aos Procedimentos de Média e Alta Complexidade ambulatorial e hospitalar, financiados pelo Teto Municipal de Média e Alta Complexidade do Bloco MAC (BLMAC) do Fundo Municipal de Saúde; aos serviços e aos Procedimentos provenientes do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação ambulatoriais e hospitalares, constantes neste Termo Aditivo, somados aos procedimentos FAEC do Centro Especializado em Reabilitação física, auditiva e visual (CER III), financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) que possui Contrato específico entre MUNICÍPIO e HOSPITAL, já cadastrados, será repassado mensalmente do MUNICÍPIO ao HOSPITAL, posteriormente, após produção, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira, de acordo com a produção mensal aprovada pela SMS, até o limite de transferência do FNS, respeitado, similarmente, o teto limite programado no Plano Operativo integrante do Convênio, estimando-se um valor mensal de R\$ 1.750.713,98 (Um milhão, setecentos e cinquenta mil, setecentos e treze reais e noventa e oito centavos).

- Quinto Termo Aditivo ao Convênio:
(...)

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Valor anual estimado para a execução do presente Convênio importa em R\$ 33.564.024,20 (trinta e tres milhoes, quinhentos e sessenta e quatro mil, vinte e quatro reais e vinte centavos), conforme abaixo especificado no Quadro 1: (...)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor do componente pós-fixado, extraído da média mensal da série histórica de produção apresentada que corresponde aos Procedimentos de Média e Alta Complexidade ambulatorial e hospitalar, financiados pelo Teto Municipal de Média e Alta Complexidade do Bloco MAC (BLMAC) do Fundo Municipal de Saúde; aos serviços e aos Procedimentos provenientes do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação ambulatoriais e hospitalares, constantes neste Termo Aditivo, somados aos procedimentos FAEC do Centro Especializado em Reabilitação física, auditiva e visual (CER III), financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) que possui Contrato específico entre MUNICÍPIO e HOSPITAL, já cadastrados, será repassado mensalmente do MUNICÍPIO ao HOSPITAL, posteriormente, após produção, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira, de acordo com a produção mensal aprovada pela SMS, até o limite de transferência do FNS, respeitado, similarmente, o teto limite programado no Plano Operativo integrante do Convênio, estimando-se um valor mensal de R\$ 1.750.713,98 (Um milhão, setecentos e cinquenta mil, setecentos e treze reais e noventa e oito centavos). (...)

O Auditado anexou cópia do Termo de Acordo firmado entre o Estado de Minas, MPMG, TCE e AMM referente a dívida do Estado com os municípios, que contém uma planilha com os valores já recebidos pelos municípios e valores relativos a restos a pagar não processados. Também anexou cópia do ofício nº 147/2021 de 5/7/2021 endereçado ao secretário estadual de saúde solicitando análise do extrapolamento MAC e aumento do teto financeiro de média e alta complexidade do FMS.

Em que pese o alegado pelo recorrente, bem como a documentação apresentada, em sede de recurso administrativo, importa apontar que as irregularidades apontadas pela equipe de auditoria, são referentes a recursos de origem federal, consoante disposições constantes nas Deliberações respectivas SES:

- Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.237, de 21 de outubro de 2020, que aprova o Encontro de Contas da Média Complexidade Hospitalar para o período de janeiro a dezembro de 2019:
(...)

Art. 4º - O valor apurado neste encontro de contas perfaz o montante de R\$ 43.003.914,72 (quarenta e três milhões, três mil, novecentos e quatorze reais e setenta e dois centavos), sendo: (...)

II - R\$ 24.361.102,06 (vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e um mil, cento e dois reais e seis centavos) referente ao extrapolamento apurado pelos municípios de atendimento no período, a serem pagos com recursos federais, conforme a seguir:

a) R\$ 4.991.326,73 (quatro milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e vinte seis reais e setenta e três centavos) proveniente de recursos alocados no atendimento Estado de Minas Gerais;

b) R\$ 15.638.267,60 (quinze milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos) proveniente do saldo real nos tetos da Média Complexidade Hospitalar dos municípios de atendimento; e (...)

- Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.421, de 19 de maio de 2021, que aprova o Encontro de Contas da Média Complexidade Hospitalar para o período de janeiro a dezembro de 2020:
(...)

Art. 3º - O valor apurado neste encontro de contas perfaz o montante de R\$ 13.172.569,34 (treze milhões, cento e setenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos), sendo:

II - R\$ 8.388.048,06 (oito milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quarenta e oito reais e seis centavos) referente ao extrapolamento apurado pelos municípios de atendimento no período, a serem pagos com recursos federais, conforme a seguir:

a) R\$ 3.188.945,25 (três milhões, cento e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) proveniente de recursos alocados no atendimento Estado de Minas Gerais;"

Assim sendo, e tendo em vista a falta de argumentação suficientemente válida, ao nosso entender, para afastar as irregularidades identificadas nos itens 23 e 24, nossa opinião é no sentido de que as medidas corretivas em questão deverão ser mantidas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e que foram apresentadas justificativas válidas, aptas para afastarem as irregularidades ou demonstrarem que as necessárias correções estavam em andamento à época de apresentação do recurso, situação em que opinamos pelo seu provimento parcial para cancelamento das penalidades e medidas corretivas consignadas nos seguintes itens: 11 - Constatação nº **653532**, 15 - Constatação nº **653507**, 19 - Constatação nº **653513**, 21 - Constatação nº **653515** e 22 - Constatação nº **653516**.

Contudo, em relação as não conformidades consignadas nos itens: 1 - Constatação nº **653505**, 2 - Constatação nº **653511**, 3 - Constatação nº **653512**, 4 - Constatação nº **653519**, 5 - Constatação nº **653520**, 6 - Constatação nº **653521**, 7 - Constatação nº **653522**, 20 - Constatação nº **653514**, 23 - Constatação nº **653517** e 24 - Constatação nº **653518**, nosso entendimento é no sentido de que não foram apresentadas justificativas suficientes, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades, motivo pelo qual entendemos pela manutenção das respectivas penalidades e medidas corretivas **impostas à SMS**.

Conforme apontado no presente parecer, para algumas constatações não conformes, foram aplicadas penalidades acompanhadas de medidas corretivas de ordem de recolhimento/OR. Para algumas dessas OR's foi apresentada documentação comprobatória da restituição de valores, que não obedeceu a totalidade apurada. Assim sendo, deverão ser mantidas as penalidades de advertência escrita e devoluções das diferenças apuradas:

• **12 - Constatação nº 653527:**

Consta o comprovante de transferência bancária da conta corrente FMS recursos próprios para conta corrente FMS Resolução 7826/2021 no valor de R\$ 862.160,00. Contudo, a equipe de auditoria havia apontado, em primeira instância, que o auditado não efetuou o pagamento referente à diferença do valor transferido a menor em R\$ 4.431,75 (quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos).

• **13 - Constatação nº 653528:**

O Auditado anexou o comprovante bancário do valor devolvido (R\$ 56.856,80), porém, ocorreu uma divergência entre o valor devolvido e o apurado, uma vez que de acordo com o Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União, o saldo a ser devolvido (de 14/03/2023 a 16/06/2023) totalizou o valor de R\$ 57.026,05 (cinquenta e sete mil, vinte e seis reais e cinco centavos), existindo uma diferença no valor transferido a menor. Assim sendo, permanece a irregularidade, no que se refere à devolução da diferença (R\$ 169,25).

• **14 - Constatação nº 653506:**

Ficou evidenciado, que do valor referente ao IAC, apontado como retido (R\$ 5.682.797,16), foram feitos pagamentos que totalizaram 1.420.699,29 (um milhão, quatrocentos e vinte mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos), situação em que deverá ser mantida a medida corretiva com relação a diferença.

Também não identificamos, na documentação apresentada pelo recorrente o valor de R\$ 517.083,32 (Quinhentos e dezessete mil, oitenta e três reais e trinta e dois centavos referente ao RAU).

• **16 - Constatação nº 653508:**

A documentação apresentada, aponta pagamentos na ordem de:

- SIA/SUS - R\$ 82.762,28 (oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos) – R\$ 67.266,47 (sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e sete centavos) - R\$ 66.238,00 (sessenta e seis mil, duzentos e trinta e oito reais).
- SIH/SUS – R\$ 105.176, 46 (cento e cinco mil, cento e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

Ante ao exposto, nossa opinião é no sentido de que a medida corretiva, aplicada pela equipe de auditoria deverá ser mantida, referente à diferença entre o valor total retido (SIAH/SUS) e o que foi identificado como pago.

• 17 - **Constatação nº 653509:**

De acordo com a documentação anexada pelo recorrente (anexo 6 do recurso administrativo), foi apurado o pagamento correspondente a R\$ 1.430.925, 96 (um milhão quatrocentos e trinta mil, novecentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos), do total apontado como retido (R\$ 4.789.515,90 (quatro milhões setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e quinze reais e noventa centavos) referente ao SIA/SUS Média.

Quanto ao SIH não foi apurado pagamento, situação em que deverá ser mantida a OR, com relação a totalidade do valor retido.

• 18 - **Constatação nº 653510:**

Constata-se da documentação apresentada pelo recorrente (anexo 7 do recurso administrativo):

- OPME Auditiva, foi realizado o pagamento de uma parcela no valor de R\$ 3.121,87 (três mil, cento e vinte e um reais e oitenta e sete centavos).
- Cadeira de rodas, foram feitos pagamentos nos valores de R\$ 320.329,20 (trezentos e vinte mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte centavos e R\$ 136.321,68 (cento e trinta e seis mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos). Assim sendo, ficou constatada uma diferença de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais a ser repassada)
- Transplante, houve o repassa do valor integral conforme notas de empenho apresentadas pelo recorrente

No tocante aos valores relativos aos procedimentos de nefrologia não foram feitos os pagamentos. Assim sendo, deverá ficar mantida a medida corretiva, no que se refere ao total retido (Nefrologia), bem como da diferença apurada entre o pago e retido com relação a OPME e Cadeiras de Rodas.

Em tempo, apontamos a necessidade de devida correção de todos os valores apontados como retidos.

Por último, no que se refere aos itens: 8 - Constatação nº **653523**, 9 - Constatação nº **653529** e 10 - Constatação nº **653531**, verifica-se que não foram apresentadas justificativas por parte dos recorrentes, situação em que as penalidades aplicadas deverão ser mantidas.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 15 de março de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **84213963** e o código CRC **C184C1A6**.

Referência: Processo nº 1320.01.0027605/2022-08

SEI nº 84213963